

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	83
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.187
Preferenciais	7.232.196
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	658.140	744.792
1.01	Ativo Circulante	20.343	23.775
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.180	4.248
1.01.03	Contas a Receber	6.830	7.232
1.01.03.01	Clientes	6.830	7.232
1.01.04	Estoques	583	579
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.886	1.366
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.886	1.366
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.864	10.350
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.094	2.094
1.01.08.03	Outros	1.770	8.256
1.02	Ativo Não Circulante	637.797	721.017
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.078	46.406
1.02.01.06	Tributos Diferidos	37.102	37.677
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.102	37.677
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.826	8.579
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	4.263	4.086
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	563	4.493
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	150	150
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	150	150
1.02.02	Investimentos	581.043	661.252
1.02.02.01	Participações Societárias	581.043	661.252
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	75.517	75.962
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	440.321	520.915
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	64.840	64.010
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	365	365
1.02.03	Imobilizado	13.239	13.313
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.239	13.313
1.02.04	Intangível	1.437	46
1.02.04.01	Intangíveis	1.437	46

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	658.140	744.792
2.01	Passivo Circulante	4.267	16.333
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	195	97
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	195	97
2.01.02	Fornecedores	2.599	3.251
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.599	3.251
2.01.03	Obrigações Fiscais	140	1.344
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79	1.257
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	341
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	79	916
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	61	87
2.01.05	Outras Obrigações	1.333	11.641
2.01.05.02	Outros	1.333	11.641
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	68	10.691
2.01.05.02.04	Demais obrigações	1.265	950
2.02	Passivo Não Circulante	108.153	108.097
2.02.03	Tributos Diferidos	97.270	97.270
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.270	97.270
2.02.04	Provisões	10.883	10.827
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.883	10.827
2.03	Patrimônio Líquido	545.720	620.362
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-52.679	-111.365
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	32.374	165.702

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.393	14.291	11.588	20.225
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.426	-10.448	-9.075	-15.432
3.03	Resultado Bruto	1.967	3.843	2.513	4.793
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	44.863	52.656	18.920	21.775
3.04.01	Despesas com Vendas	9.532	21.372	0	-5.006
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.170	-8.608	-2.715	-5.319
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	348	348	65	65
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13	-46	-2.522	-2.593
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	40.166	39.590	24.092	34.628
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	46.830	56.499	21.433	26.568
3.06	Resultado Financeiro	616	1.283	3.038	3.610
3.06.01	Receitas Financeiras	679	1.399	3.081	3.711
3.06.02	Despesas Financeiras	-63	-116	-43	-101
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.446	57.782	24.471	30.178
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	742	904	-462	-462
3.08.01	Corrente	0	0	-462	-462
3.08.02	Diferido	742	904	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	48.188	58.686	24.009	29.716
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	48.188	58.686	24.009	29.716
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	3,34260	4,07090	1,66540	2,06130
3.99.01.02	PNA	3,34260	4,07090	1,66540	2,06130
3.99.01.03	PNB	3,34260	4,07090	1,66540	2,06130
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	3,34260	4,07090	1,66540	2,06130
3.99.02.02	PNA	3,34260	4,07090	1,66540	2,06130
3.99.02.03	PNB	3,34260	4,07090	1,66540	2,06130

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	48.188	58.686	24.009	29.716
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-65.419	-133.328	48.988	-3.597
4.02.01	Ganho de Equivalência Patrimonial Reflexa - Benefício pós Emprego - CPC 33(R1)	-65.419	-133.328	48.988	-3.597
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.231	-74.642	72.997	26.119

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	47.352	22.481
6.01.01	Recebimento de Consumidores	37.512	16.025
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	279	215
6.01.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	29.342	22.007
6.01.04	Fornecedores - Materiais e Serviços	-12.950	-12.406
6.01.05	Salários e Encargos Sociais	-6.911	-6.070
6.01.07	Impostos e Contribuições	0	-72
6.01.08	Outras Despesas	-877	0
6.01.09	Juros de Mútuo Recebido	0	632
6.01.10	Outros Recebimentos	957	2.150
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.681	-23.035
6.02.01	Aquisição de Investimento	-1.108	-2
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-36.573	-25.894
6.02.03	Amortização de Empréstimos	0	2.861
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.739	0
6.03.01	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-191	0
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	4.075	0
6.03.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-10.623	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.932	-554
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.248	10.083
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.180	9.529

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.686	-133.328	-74.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.686	0	58.686
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-133.328	-133.328
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-133.328	-133.328
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-52.679	32.374	545.720

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-16.204	0	-16.204
5.02.03	Equivalência Patrimonial sobre Ajustes de Exercícios Anteriores de Controlada	0	0	0	-16.204	0	-16.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-202.408	206.815	570.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.335	-3.597	24.738
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.716	0	29.716
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.381	-3.597	-4.978
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-3.597	-3.597
5.05.02.06	Equiv. Patrim. s/Ajuste de Exercício Anterior - Coligadas	0	0	0	-1.381	0	-1.381
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-174.073	203.218	595.170

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	37.510	17.854
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	16.134	22.795
7.01.02	Outras Receitas	4	65
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	21.372	-5.006
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.534	-18.391
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.100	-15.794
7.02.04	Outros	-434	-2.597
7.03	Valor Adicionado Bruto	24.976	-537
7.04	Retenções	-116	-82
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-116	-82
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24.860	-619
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	40.764	38.339
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.591	34.628
7.06.02	Receitas Financeiras	908	3.271
7.06.03	Outros	265	440
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	265	440
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.624	37.720
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.624	37.720
7.08.01	Pessoal	5.967	5.819
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.920	5.779
7.08.01.02	Benefícios	18	24
7.08.01.03	F.G.T.S.	29	16
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	694	2.084
7.08.02.01	Federais	364	1.619
7.08.02.02	Estaduais	330	465
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	277	101
7.08.03.01	Juros	206	101
7.08.03.02	Aluguéis	71	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	58.686	29.716
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	58.686	29.716

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.095.367	3.156.892
1.01	Ativo Circulante	1.144.704	1.206.344
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86.826	86.041
1.01.03	Contas a Receber	545.389	520.706
1.01.03.01	Clientes	545.389	520.706
1.01.04	Estoques	12.894	8.768
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.267	72.720
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.267	72.720
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	461.328	518.109
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.663	3.663
1.01.08.03	Outros	457.665	514.446
1.01.08.03.01	Depósitos e Bloqueios Judiciais	6.813	4.536
1.01.08.03.02	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	279.839	392.433
1.01.08.03.03	Demais Créditos	171.013	117.477
1.02	Ativo Não Circulante	1.950.663	1.950.548
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	236.827	229.326
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.768	7.767
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	7.768	7.767
1.02.01.03	Contas a Receber	29.286	21.874
1.02.01.03.01	Clientes	29.286	21.874
1.02.01.06	Tributos Diferidos	44.637	46.234
1.02.01.06.02	Tributos e Contribuições Compensáveis	44.637	46.234
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	155.136	153.451
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.087	2.176
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro Indenizável	131.243	129.189
1.02.01.09.05	Demais Créditos	20.806	22.086
1.02.02	Investimentos	615.467	620.252
1.02.02.01	Participações Societárias	340.922	345.707
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	275.717	281.332
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	65.205	64.375
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	274.545	274.545
1.02.03	Imobilizado	112.416	118.014
1.02.04	Intangível	985.953	982.956

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.095.367	3.156.892
2.01	Passivo Circulante	1.274.010	1.293.335
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	41.797	46.325
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	41.797	46.325
2.01.02	Fornecedores	181.077	219.195
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	181.077	219.195
2.01.03	Obrigações Fiscais	233.074	224.115
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	53.376	43.738
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	36.527	21.952
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	16.849	21.786
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	179.191	180.275
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	507	102
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	101.338	96.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	41.357	43.844
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	41.357	43.844
2.01.04.02	Debêntures	59.981	53.145
2.01.05	Outras Obrigações	712.193	702.806
2.01.05.02	Outros	712.193	702.806
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.235	20.231
2.01.05.02.04	Contribuição de iluminação pública	147.450	127.532
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	219.617	202.102
2.01.05.02.06	Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	284.701	285.271
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego	5.813	30.252
2.01.05.02.08	Demais obrigações	36.377	37.418
2.01.06	Provisões	4.531	3.905
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.531	3.905
2.02	Passivo Não Circulante	1.048.120	1.017.081
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	247.892	303.905
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	148.458	175.142
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	148.458	175.142
2.02.01.02	Debêntures	99.434	128.763
2.02.02	Outras Obrigações	584.873	465.919
2.02.02.02	Outros	584.873	465.919
2.02.02.02.03	Contribuição de iluminação pública	61.662	79.880
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	176.371	59.101
2.02.02.02.05	Encargos regulatórios	236.914	222.209
2.02.02.02.06	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	22.020	11.820
2.02.02.02.07	Obrigações vinculadas a concessão	75.465	76.863
2.02.02.02.08	Demais obrigações	12.441	16.046
2.02.03	Tributos Diferidos	141.874	178.745
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	141.874	178.745
2.02.04	Provisões	73.481	68.512
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	73.481	68.512
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	773.237	846.476
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-52.679	-111.365

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	32.374	165.702
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	227.517	226.114

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	574.108	1.106.586	530.260	1.079.285
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-447.474	-866.278	-485.865	-946.013
3.02.01	Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda	-368.702	-714.598	-410.877	-799.905
3.02.02	Custo de Operação	-71.736	-137.526	-67.149	-132.936
3.02.03	Custo do Serviços Prestado a Terceiros	-7.036	-14.154	-7.839	-13.172
3.03	Resultado Bruto	126.634	240.308	44.395	133.272
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-39.020	-120.384	-30.088	-95.956
3.04.01	Despesas com Vendas	-23.758	-52.853	-8.511	-47.181
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.803	-112.884	-57.910	-93.052
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	42.478	70.774	55.390	79.181
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.841	-32.803	-28.641	-50.134
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.904	7.382	9.584	15.230
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	87.614	119.924	14.307	37.316
3.06	Resultado Financeiro	-24.589	-38.775	-268	-14.076
3.06.01	Receitas Financeiras	12.233	40.466	46.764	81.619
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.822	-79.241	-47.032	-95.695
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	63.025	81.149	14.039	23.240
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.249	-8.512	15.631	12.282
3.08.01	Corrente	-19.248	-36.855	-18.818	-32.922
3.08.02	Diferido	11.999	28.343	34.449	45.204
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	55.776	72.637	29.670	35.522
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	55.776	72.637	29.670	35.522
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	48.188	58.686	24.009	29.716
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	7.588	13.951	5.661	5.806
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	3,34260	1,66540	1,66540	2,06130
3.99.01.02	PNA	3,34260	1,66540	1,66540	2,06130

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99.01.03	PNB	3,34260	1,66540	1,66540	2,06130
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	3,34260	1,66540	1,66540	2,06130
3.99.02.02	PNA	3,34260	1,66540	1,66540	2,06130
3.99.02.03	PNB	3,34260	1,66540	1,66540	2,06130

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	55.776	72.637	29.670	35.522
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-65.419	-133.328	48.988	-3.597
4.02.01	Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido	-65.419	-133.328	48.988	-3.597
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-9.643	-60.691	78.658	31.925
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-17.231	-74.642	72.997	26.119
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	7.588	13.951	5.661	5.806

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	74.070	19.834
6.01.01	Recebimento de Consumidores	1.854.199	1.873.107
6.01.03	Rendimento de Aplicações Financeiras	4.692	4.488
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	0	3.907
6.01.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	8.371	11.794
6.01.07	Outros Recebimentos	111	2.216
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-83.016	-106.043
6.01.09	Fornecedores - Energia Elétrica	-752.287	-845.919
6.01.10	Contribuição de Iluminação Pública	-101.952	-96.110
6.01.11	Salários e Encargos Sociais	-201.650	-151.846
6.01.12	Pagamentos de Encargos da Dívida	-17.281	-24.008
6.01.13	Impostos e Contribuições	-417.601	-476.807
6.01.14	Encargos Setoriais	-183.682	-150.448
6.01.16	Outras Despesas	-15.201	-18.966
6.01.17	Constituição de Caução CCEE	-20.633	-5.531
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.590	-25.421
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-30.590	-25.421
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-42.695	26.560
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-10.623	-11.839
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	4.075	0
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-36.414	-32.859
6.03.04	Custo de Transação	267	52
6.03.05	Debêntures - Captação	0	71.000
6.03.06	Adiantamento Para Aumento de Capital	0	206
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	785	20.973
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86.041	78.043
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86.826	99.016

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362	226.114	846.476
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-111.365	165.702	620.362	226.114	846.476
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-12.548	-12.548
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-8.323	-8.323
5.04.08	Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-4.225	-4.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.686	-133.328	-74.642	13.951	-60.691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.686	0	58.686	13.951	72.637
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-133.328	-133.328	0	-133.328
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-52.679	32.374	545.720	227.517	773.237

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-186.204	206.815	586.636	234.185	820.821
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-16.204	0	-16.204	0	-16.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-202.408	206.815	570.432	234.185	804.617
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-18.055	-18.055
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	148	148
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-17.038	-17.038
5.04.09	Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-1.223	-1.223
5.04.10	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	58	58
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.335	-3.597	24.738	5.806	30.544
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.716	0	29.716	5.806	35.522
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.381	-3.597	-4.978	0	-4.978
5.05.02.06	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas	0	0	0	0	-3.597	-3.597	0	-3.597
5.05.02.07	Equiv. Patrim. s/Ajuste de Exercício Anterior - Coligadas	0	0	0	-1.381	0	-1.381	0	-1.381
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-174.073	203.218	595.170	221.936	817.106

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	1.810.443	1.859.861
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.793.726	1.810.478
7.01.02	Outras Receitas	22.412	41.615
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	21.331	17.540
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-27.026	-9.772
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-888.520	-995.823
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-815.932	-903.305
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-89.341	-86.290
7.02.04	Outros	16.753	-6.228
7.03	Valor Adicionado Bruto	921.923	864.038
7.04	Retenções	-25.824	-20.701
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.824	-20.701
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	896.099	843.337
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	49.065	99.516
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.383	15.230
7.06.02	Receitas Financeiras	41.301	83.788
7.06.03	Outros	381	498
7.06.03.01	Dividendo Recebidos	381	498
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	945.164	942.853
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	945.164	942.853
7.08.01	Pessoal	117.316	111.273
7.08.01.01	Remuneração Direta	60.542	71.898
7.08.01.02	Benefícios	33.090	32.402
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.824	6.973
7.08.01.04	Outros	13.860	0
7.08.01.04.01	Participação nos Lucros e Resultados	13.860	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	659.770	669.127
7.08.02.01	Federais	325.018	318.814
7.08.02.02	Estaduais	334.752	350.313
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	95.441	126.931
7.08.03.01	Juros	78.919	95.696
7.08.03.02	Aluguéis	16.522	31.235
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	72.637	35.522
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	58.686	29.716
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	13.951	5.806

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 2º TRIMESTRE DE 2017 COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA (não revisado pelos Auditores Independentes)

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília (“Companhia” ou “CEB”) e de suas controladas, descritas nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias, em 30 de junho de 2017.

CONTEXTO MACROECONÔMICO

Segundo o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, da FGV, o ano de 2016 foi o terceiro ano da mais grave e duradoura recessão jamais experimentada pelo Brasil nos últimos 100 anos.

Lamentavelmente, as expectativas do início do ano se confirmaram: foi um exercício de contínua deterioração econômica e de grande instabilidade política.

A este cenário sombrio no ambiente doméstico somou-se uma conjuntura internacional preocupante com vários mercados apresentando desaceleração econômica e recorrendo, cada vez mais, a medidas protecionistas que estão afetando os níveis do comércio internacional. O PIB, em 2016, novamente sofreu contração, apresentando uma redução -3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O desemprego passou de 9,0% em dezembro de 2015 para 11,9% no final do exercício de 2016, enquanto o deficit primário acumulado no ano alcançou 1,3% do PIB em 2016, frente a um deficit de 0,6% no mesmo período de 2015.

O deficit em conta corrente, por sua vez, segue diminuindo, em função da contração da atividade econômica. Já o deficit nas contas externas caiu de 3,3% do PIB em 2015 para 1,1% do PIB em 2016.

A inflação alcançou 6,29% em 2016 e o BACEN reduziu os juros para 13,75%, em dezembro do mesmo ano. Em junho de 2017 este indicador continuou com trajetória declinante, atingindo 10,25%.

O dólar terminou o exercício de 2016 cotado a R\$ 3,25, abaixo dos R\$ 3,96 registrados em dezembro de 2015, e o país apresenta reservas internacionais da ordem de US\$ 370 bilhões. Em março de 2017, o dólar chegou a R\$ 3,13. No segundo trimestre, com o agravamento da crise política, houve apreciação da moeda, alcançando o valor de R\$ 3,31, em 30 de junho de 2017.

Apesar do Brasil estar mergulhado na recessão e com mais de 12 milhões de desempregados, existe um certo otimismo com relação ao futuro próximo. Há expectativas de que o mercado de ações volte a um novo círculo virtuoso de crescimento, podendo chegar a 100 mil pontos no ano de 2017.

Por outro lado, o Governo tem encaminhado medidas para melhoria da economia. Dentre elas, destacam-se a liberação de R\$ 43 bilhões oriundos de contas inativas do FGTS, com o objetivo de injetar dinheiro no mercado; a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC do teto de gastos públicos federais ocorrida em dezembro de 2016, limitando-os à inflação apurada no ano anterior por um período de vinte anos, representando importante contribuição para o equilíbrio das contas públicas; a promulgação das leis nº 13.429, que flexibilizou as relações trabalhistas, e nº 13.467, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho, que remonta à década de 1940; além do projeto de reforma estrutural relativa à Previdência que continuará ocupando a agenda do Congresso no segundo semestre de 2017, posto que os gastos saltaram de 0,3% do PIB, em 1997, para projetados 2,7%, em 2017, caracterizando um desequilíbrio crescente.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

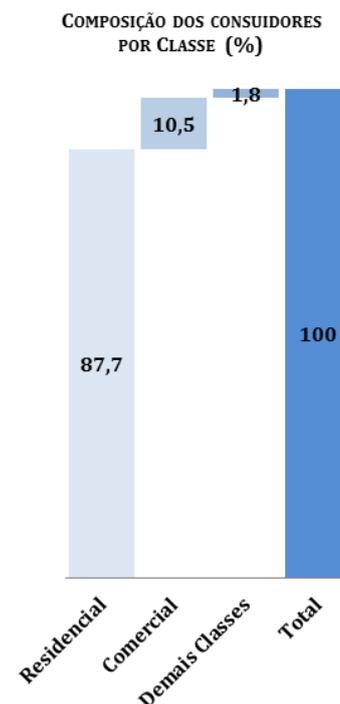


DESEMPENHO OPERACIONAL

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE:

CLASSE DE CONSUMIDORES	2T17	1T17	2T16	Δ TRIM.	Δ ANO
Residencial	919.650	914.271	898.825	0,6%	2,3%
Industrial	1.570	1.581	1.660	-0,7%	-5,4%
Comercial	109.622	109.234	108.825	0,4%	0,7%
Rural	10.481	10.454	10.243	0,3%	2,3%
Poder Público	6.317	5.858	5.974	7,8%	5,7%
Iluminação Pública	19	19	19	0,0%	0,0%
Serviço Público	337	330	326	2,1%	3,4%
Consumidores Faturados	1.047.996	1.041.747	1.025.872	0,6%	2,2%
Consumo Próprio	47	48	48	-2,1%	-2,1%
(=) Total	1.048.043	1.041.795	1.025.920	0,6%	2,2%

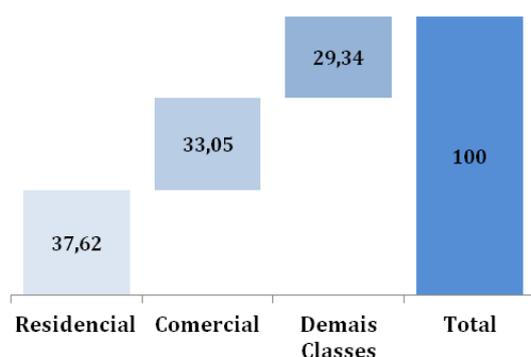
A Companhia encerrou o 2T17 com 1.047.996 consumidores, dentre os quais, 87,7% pertencentes à classe residencial, 10,5% à comercial e 1,8% às demais classes. Esta composição permanece estável em relação aos últimos períodos apurados. Houve crescimento na quantidade de consumidores de 0,6% no trimestre e de 2,2% no período de 1 ano.



CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (Em MWh):

CLASSE DE CONSUMIDORES	2T17	1T17	2T16	Δ TRIM.	Δ ANO	6M17	6M16	Δ ANO
Residencial	554.957	541.889	563.379	2,4%	-1,5%	1.096.846	1.118.512	-1,9%
Industrial	38.227	37.052	46.212	3,2%	-17,3%	75.280	91.806	-18,0%
Comercial	487.586	485.562	526.251	0,4%	-7,3%	973.148	1.035.713	-6,0%
Rural	38.548	32.223	43.223	19,6%	-10,8%	70.771	74.964	-5,6%
Poder Público	160.525	149.071	165.566	7,7%	-3,0%	309.596	318.601	-2,8%
Iluminação Pública	114.013	110.377	110.057	3,3%	3,6%	224.389	216.875	3,5%
Serviço Público	81.161	75.135	90.211	8,0%	-10,0%	156.296	176.139	-11,3%
(=) Fornecimento Faturado	1.475.019	1.431.308	1.544.899	3,1%	-4,5%	2.906.327	3.032.609	-4,2%
Consumo Próprio	336	331	321	1,3%	4,6%	667	636	4,9%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.475.354	1.431.640	1.545.219	3,1%	-4,5%	2.906.994	3.033.244	-4,2%

COMPOSIÇÃO DOS CONSUMIDORES POR CLASSE (%)



No 2T17, o consumo apresentou aumento de 3,1% em relação ao 1T17. Quando comparado com o 2T16 o consumo dos clientes da CEB Distribuição reduziu 4,5%. Em relação à composição do consumo por classe de consumidores, conforme gráfico ao lado, 37,62% do consumo foi relativo à consumidores da classe residencial, 33,05% da classe comercial e 29,34% das demais classes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



QUALIDADE DO SERVIÇO

(DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA (“DEC”) E FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA (“FEC”))

Por determinação do Órgão Regulador, a controlada integral CEB Distribuição S.A. (“CEB D”), concessionária de distribuição de energia elétrica, formalizou à ANEEL, por meio da Carta nº 144/2015-DD, de 13 de abril de 2015, o compromisso de executar um Plano de Resultados que contempla quatro dimensões: Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira. O mencionado Plano encontra-se em execução desde o mês de abril de 2015 e, particularmente com relação aos indicadores DEC e FEC, estão sendo cumpridas trajetórias com tendências declinantes e melhores que aquelas pactuadas com o Regulador, conforme pode ser constatado nos gráficos seguintes:



RESULTADOS CONSOLIDADOS:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA:

	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano	6M17	6M16	Δ Ano
Fornecimento de Energia Elétrica	860.593	796.958	832.442	8,0%	3,4%	1.657.551	1.695.828	-2,3%
Energia de Curto Prazo	90.632	75.063	103.622	20,7%	-12,5%		175.903	-5,8%
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	(41.134)	(75.367)	(110.366)	-45,4%	-62,7%	(116.501)	(147.513)	-21,0%
Receita de Construção	5.960	15.371	11.450	-61,2%	-47,9%	21.331	17.540	21,6%
Aporte de Recursos CDE	11.869	11.887	9.351	-0,2%	26,9%	23.756	19.050	24,7%
Receita de Prestação de Serviços	7.703	9.051	13.217	-14,9%	-41,7%	16.754	23.115	-27,5%
Suprimento de Energia	8.494	8.551	7.436	-0,7%	14,2%	17.045	15.683	8,7%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	5.701	5.258	4.889	8,4%	16,6%	10.959	13.654	-19,7%
Arrendamento e Aluguéis	7.496	7.634	6.791	-1,8%	10,4%	15.130	11.016	37,3%
Receita de Venda de Gás	902	966	1.405	-6,6%	-35,8%	1.868	2.792	-33,1%
Outras Receitas	783	681	554	15,0%	41,3%	1.464	1.073	36,4%
Receita Operacional Bruta	958.999	856.053	880.791	12,0%	8,9%	1.815.052	1.828.141	-0,7%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(384.891)	(323.575)	(350.531)	18,9%	9,8%	(708.466)	(748.856)	-5,4%
Receita Operacional Líquida	574.108	532.478	530.260	7,8%	8,3%	1.106.586	1.079.285	2,5%

A Receita Operacional Bruta apresentou aumento de 12% em relação ao 1T17. Em relação ao 2T16 o aumento foi de 8,9%, justificado, principalmente, pelas variações do Fornecimento de Energia Elétrica e Energia Elétrica de Curto Prazo, bem como a redução das despesas com Recursos de Parcela "A" e Outros Itens

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



Financeiros.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA:

CONSUMIDORES	MWH			R\$ MIL			Δ TRIM.	Δ ANO
	2T17	1T17	2T16	2T17	1T17	2T16		
Residencial	554.957	541.889	563.379	335.847	320.463	322.523	4,8%	4,1%
Industrial	38.227	37.052	46.212	21.110	22.099	22.694	-4,5%	-7,0%
Comercial	487.586	485.562	526.251	296.635	284.490	301.764	4,3%	-1,7%
Rural	38.548	32.223	43.223	16.532	13.858	17.473	19,3%	-5,4%
Poder Público	160.525	149.071	165.566	103.580	92.868	102.802	11,5%	0,8%
Iluminação Pública	114.013	110.377	110.057	39.372	36.710	34.650	7,3%	13,6%
Serviço Público	81.161	75.135	90.211	38.578	32.644	40.255	18,2%	-4,2%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.475.019	1.431.308	1.544.899	851.654	803.132	842.161	5,8%	0,9%
Consumo Próprio	336	331	321	-	-	-		
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	8.943	(6.174)	(9.719)	44,8%	-8,0%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.475.354	1.431.640	1.545.219	860.597	796.958	832.442	8,0%	3,4%

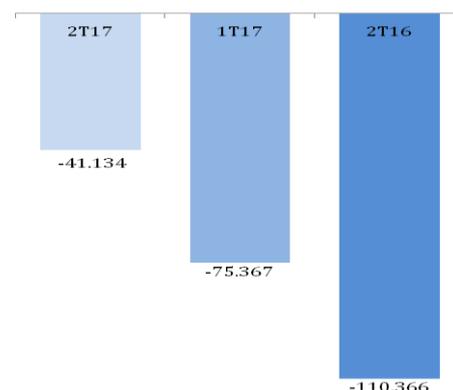
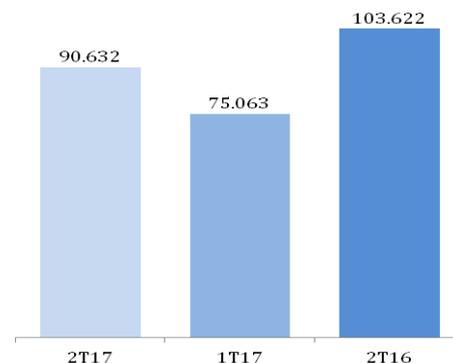
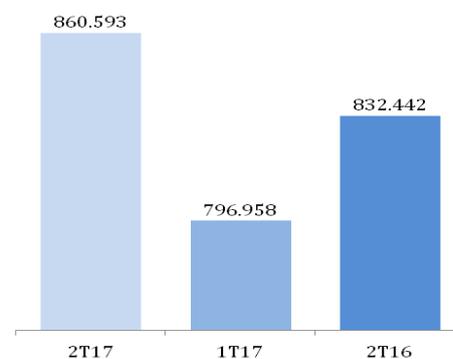
A receita de Fornecimento de Energia Elétrica no 2T17 registrou um acréscimo de 8,0% em relação ao 1T17. Quando comparado o 2T17 com o 2T16, houve aumento de 3,4%. O aumento da receita no 2T17, quando confrontada com o 1T17, justifica-se, principalmente, pela aumento do consumo no equivalente a 3,1% no segundo trimestre de 2017 em relação ao imediatamente anterior. Em relação ao 2T16, o impacto positivo da receita foi motivado, primordialmente, pelo reajuste da tarifa, em virtude do 4º Ciclo de Revisão Tarifária da CEB Distribuição S.A., embora tenha ocorrido a redução de consumo.

ENERGIA DE CURTO PRAZO:

A receita de Energia de Curto Prazo no 2T17 atingiu R\$ 90.632, 20,7% superior à receita reconhecida no 1T17, justificada, principalmente, pelo aumento das sobras e do Preço de Liquidação das Diferenças médio que subiu de R\$ 146 para R\$ 266.

RECURSOS DE PARCELA "A" E OUTROS ITENS FINANCEIROS:

A retração verificada no 2T17, quando comparado com o 1T17 (-45,4%), decorre, principalmente, por conta da sobrecontratação que saiu de ativa para passiva e da devolução de Encargos de Serviços de Sistema (ESS).

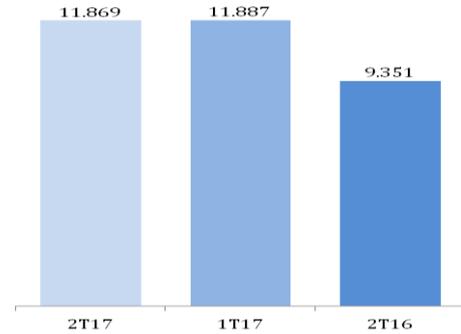


COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2017**Comentário do Desempenho**

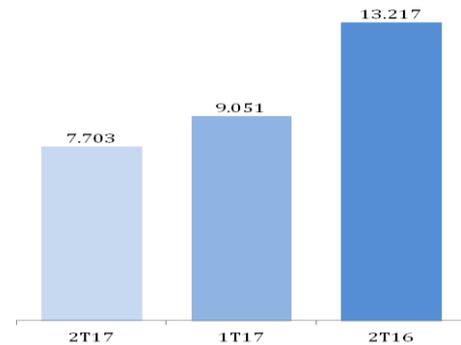
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**APORTES DE RECURSOS CDE:**

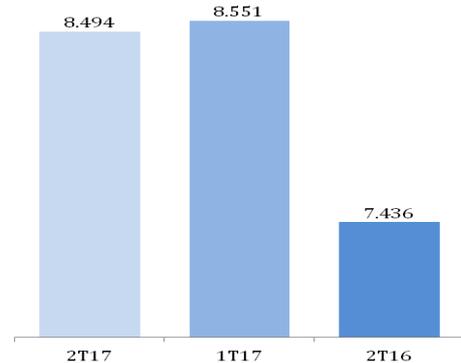
A receita de Aporte de Recursos da CDE apresentou acréscimo de R\$ 2.518 (26,9%), quando comparado com o 2T16, justificado pelo aumento do ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

**RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

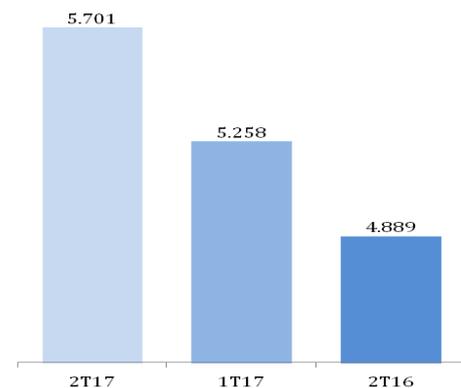
A Receita de Prestação de Serviços é historicamente oscilante, dependendo da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras. No 2T17 tal receita apresentou queda de R\$ 1.348 (-14,9%), decorrente da diminuição do volume de obras de expansão de Iluminação Pública, na comparação com o 1T17. Em relação ao 2T16, a redução no volume de realização das obras, representou uma variação negativa de 41,7%.

**SUPRIMENTO DE ENERGIA:**

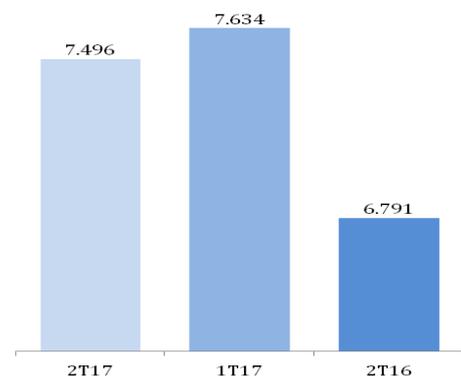
A receita de Suprimento de Energia alcançou no 2T17 R\$ 8.494, 0,7% inferior ao verificado no 1T17 (R\$ 8.551) e 14,2% superior ao verificado no 2T16 (R\$ 7.436).

**DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:**

A receita de Disponibilidade do Sistema de Distribuição no 2T17 (R\$ 5.701) aumentou 8,4% em relação ao 1T17 (R\$ 5.258). Quando comparado com o 2T16 (R\$ 4.889), verifica-se acréscimo de 16,6%, justificado em razão do custo da CDE ter sido retirado da tarifa de uso do sistema, mediante liminar.

**ARRENDAMENTO E ALUGUÉIS:**

A receita de Arrendamento e Aluguéis reduziu 1,8% no 2T17 em relação ao trimestre anterior (1T17), não havendo variações relevantes no período.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:

	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano	6M17	6M16	Δ Ano
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(328.596)	(317.321)	(354.288)	3,6%	-7,3%	(645.917)	(711.601)	-9,2%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(40.106)	(28.575)	(56.589)	40,4%	-29,1%	(68.681)	(88.304)	-22,2%
Custo da Energia Comprada	(368.702)	(345.896)	(410.877)	6,6%	-10,3%	(714.598)	(799.905)	-10,7%
Pessoal e Administradores	(60.306)	(68.178)	(58.067)	-11,5%	3,9%	(128.484)	(117.412)	9,4%
Serviço de Terceiros	(42.461)	(44.130)	(57.092)	-3,8%	-25,6%	(86.591)	(84.138)	2,9%
Custo de Construção	(5.960)	(15.371)	(11.450)	-61,2%	-47,9%	(21.331)	(17.540)	21,6%
Depreciação e Amortização	(12.730)	(13.094)	(8.999)	-2,8%	41,5%	(25.824)	(20.701)	24,7%
(Provisão) Estimada/ Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(14.019)	(13.007)	10.866	7,8%	-229,0%	(27.026)	(9.772)	176,6%
Arrendamento	(8.505)	(8.505)	(13.648)	0,0%	-37,7%	(17.010)	(27.296)	-37,7%
Material	(855)	(702)	(717)	21,8%	19,2%	(1.557)	(902)	72,6%
Outras Despesas	(7.496)	(2.098)	(2.302)	257,3%	225,6%	(9.594)	(8.580)	11,8%
Despesas Operacionais	(152.332)	(165.085)	(141.409)	-7,7%	7,7%	(317.417)	(286.341)	10,9%
Total	(521.034)	(510.981)	(552.286)	2,0%	-5,7%	(1.032.015)	(1.086.246)	-5,0%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 511.663 no 2T17, um acréscimo de R\$ 682 (0,1%), em relação ao 1T17. Relativamente ao 2T16, apurou-se uma redução de R\$ 40.623 (-7,4%).

As principais ocorrências no período quanto aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

CUSTO DA ENERGIA COMPRADA:

O Custo da Energia Comprada no 2T17 totalizou R\$ 368.702, um acréscimo de R\$ 22.806 (6,6%), na comparação com o 1T17. Em comparação com o 2T16, houve redução de R\$ 42.175 (-7,3%). A variação apresentada decorre, principalmente, do aumento do custo de contrato bilateral firmado em moeda estrangeira com Itaipu.

DESPESAS OPERACIONAIS:

As Despesas Operacionais, no 2T17, foram de R\$ 142.961, 13,4% inferior ao apurado no 1T17. Destacam-se os seguintes itens:

- ▶ **Pessoal e Administradores:** no 2T17 houve um decréscimo de R\$ 7.872 (-11,5%), quando comparado com o 1T17. Em relação ao 2T16 também houve aumento, de R\$ 2.239 (3,9%), decorrente, principalmente, da política de desligamento da Companhia, resultando na aposentadoria de 32, colaboradores no acumulado do ano (1S17); bem como o reflexo da inconstitucionalidade do Plano Assistencial, vigente até março de 2017.
- ▶ **Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa:** no 2T17, a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou uma redução de R\$ 24.885 se comparado com o 2T16, decorrente ao recebimento de créditos de obras de iluminação pública provisionados e que estavam vencidos a longa data.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2017**Comentário do Desempenho**

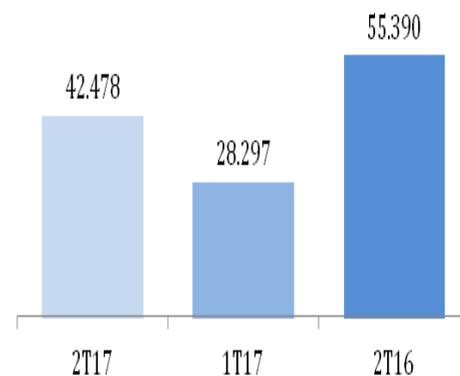
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS:**

	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano	6M17	6M16	Δ Ano
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego	11.030	37.790	8.441	-70,8%	30,7%	48.820	17.146	184,7%
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	14.073	6.238	5.507	125,6%	155,5%	20.311	9.496	113,9%
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	1.440	945	10.054	52,4%	-85,7%	2.385	20.913	-88,6%
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros	-	-	1.974	0,0%	0,0%	-	1.974	-100,0%
Resultado na Baixa de Bens	(226)	-	(545)	0,0%	0,0%	(226)	(545)	-58,5%
Varição do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR	758	1.212	5.466	-37,5%	0,0%	1.970	5.466	-64,0%
Tributos Sobre Outras Receitas	12.895	(15.740)	(2.467)	-181,9%	0,0%	(2.845)	(2.467)	15,3%
Outras Receitas	2.508	(2.148)	26.960	-216,8%	-90,7%	359	27.198	-98,7%
Outras Receitas Operacionais	42.478	28.297	55.390	50,1%	-23,3%	70.774	79.181	-10,6%
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(10.388)	(10.851)	(8.902)	-4,3%	16,7%	(21.239)	(17.343)	22,5%
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios.	(1.710)	(3.290)	(6.449)	-48,0%	-73,5%	(5.000)	(11.827)	-57,7%
Compensação por descontinuidade de energia	(811)	(2.481)	(4.745)	-67,3%	-82,9%	(3.292)	(12.455)	-73,6%
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais	(610)	(332)	-	83,7%	-	(942)	-	-
Multas ANEEL	-	(321)	(6.083)	-100,0%	-100,0%	(321)	(6.083)	-94,7%
Outras Despesas	(1.322)	(687)	(2.462)	92,4%	-46,3%	(2.009)	(2.426)	-17,2%
Outras Despesas Operacionais	(14.841)	(17.962)	(28.641)	-17,4%	-48,2%	(32.803)	(50.134)	-34,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	27.637	10.335	26.749	167,4%	3,3%	37.971	29.047	30,7%

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

A conta Outras Receitas Operacionais apresentou uma redução de 40,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, impactada, primordialmente, pelo receita advinda da prescrição da Contribuição de Iluminação Pública ocorrida no 2T16.

**OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:**

As Outras Despesas Operacionais reduziram no 2T17, 17,4% em relação ao 1T17. Em comparação com o 2T16, ocorreu decréscimo de 48,2%. As principais rubricas responsáveis por esta redução foram a ausência de Multas da Aneel em 2017 e a redução de Provisão para Riscos Contingenciais, que tiveram uma variação negativa de R\$ 4.739.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



RESULTADO FINANCEIRO:

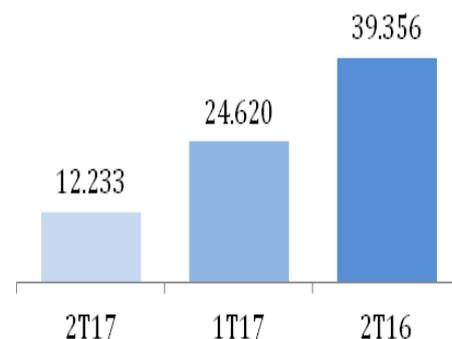
	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano	6M17	6M16	Δ Ano
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	2.211	1.838	23.746	20,3%	-90,7%	4.049	28.012	-85,5%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	(1.194)	9.787	4.445	-112,2%	-126,9%	8.593	18.597	-53,8%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	8.551	9.556	8.912	-10,5%	-4,1%	18.107	15.123	19,7%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.231	2.514	3.046	-11,3%	-26,8%	4.745	5.230	-9,3%
Multas e Penalidades Aplicadas	597	1.588	154	-62,4%	287,7%	2.185	295	640,7%
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	132	249	397	-47,0%	-66,8%	381	498	-23,5%
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Financeiras	371	51	790	627,5%	-53,0%	422	1.301	-67,6%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(666)	(963)	(2.134)	-30,8%	-68,8%	(1.629)	(2.926)	-44,3%
Receitas Financeiras	12.233	24.620	39.356	-50,3%	-68,9%	36.853	66.130	-44,3%
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(11.466)	(14.981)	(16.917)	-23,5%	-11,4%	(26.447)	(37.808)	-30,0%
Encargos de Dívidas	(15.298)	(16.677)	(13.192)	-8,3%	26,4%	(31.975)	(28.334)	12,9%
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios	(5.187)	(9.129)	(11.250)	-43,2%	-18,9%	(14.316)	(18.998)	-24,6%
Atualização de Benefício Pós-Emprego	(154)	-	-	-	-	(154)	-	-
Recuperação de Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras	(2.608)	(3.741)	(5.673)	-30,3%	-34,1%	(6.349)	(10.555)	-39,8%
Despesas Financeiras	(34.713)	(44.528)	(47.032)	-22,0%	-26,2%	(79.241)	(95.695)	-17,2%
Variação Cambial Líquida	(2.109)	5.722	7.408	-136,9%	-22,8%	3.613	15.489	-76,7%
Resultado Financeiro	(24.589)	(14.186)	(268)	73,3%	9075,0%	(38.775)	(14.076)	175,5%

O Resultado Financeiro, no 1S17, foi negativo em R\$ 38.775, uma piora de R\$ 24.699 ao registrado no 1S16, justificada pela variação cambial líquida, que em termos absolutos registrou R\$ 11.876 e da reversão da atualização monetária decorrente da prescrição da Contribuição de Iluminação Pública.

As seguir são detalhadas as principais variações do Resultado Financeiro no 2T17:

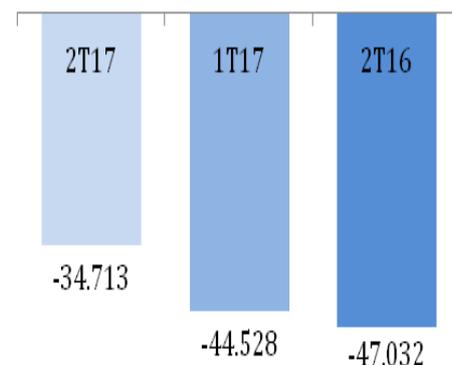
RECEITAS FINANCEIRAS:

As Receitas Financeiras reduziram 44,3% no 1S17, em relação ao semestre do ano imediatamente anterior. A Receita de juros / variações monetárias sobre ativos representou a rubrica com a variação mais significativa em relação ao 1S16 (-85,5%), decorrente da reversão da atualização monetária decorrente da prescrição da Contribuição de Iluminação Pública .



DESPESAS FINANCEIRAS:

Com relação às Despesas Financeiras, observou-se no 1S17 decréscimo de 17,2% em relação ao 1S16, em função, principalmente, da redução da atualização monetária sobre Multas da Aneel .



EBITDA:

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Este indicador não deve ser considerado como alternativa ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2017

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



Operacional.

No 2T17, o EBITDA foi positivo, no montante de R\$ 100.344 (R\$ 45.404 positivo no 1T17), representando uma variação positiva R\$ 54.940 na comparação com o 1T17.

A Margem EBITDA no 2T17 foi de 17,6%, enquanto no 1T17 foi de 8,5%, e 4,4% no 2T16. O aumento do EBITDA em relação ao 2T16 deveu-se, principalmente, aos prejuízos temporários causados pela sobrecontratação de energia associada à queda brusca do PLD em 2016.

	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano	6M17	6M16	Δ Ano
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	55.776	16.861	29.670	230,8%	88,0%	72.637	35.522	104,5%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	7.249	1.263	(15.633)	474,0%	-146,4%	8.512	12.282	-30,7%
(+) Resultado Financeiro	24.589	14.186	268	73,3%	9075,0%	38.775	14.076	175,5%
(+) Depreciação /Amortização	12.730	13.094	8.999	-2,8%	41,5%	25.824	20.701	24,7%
EBITDA	100.344	45.404	23.304	121,0%	330,6%	145.748	82.581	76,5%
Ajustes:								
(+/-) Ganho na Venda de Bens	226	-	545	-	-58,5%	226	545	-58,5%
EBITDA Ajustado	100.570	45.404	23.849	121,5%	321,7%	145.974	83.126	75,6%
Margem EBITDA %	17,6%	8,5%	4,4%	106,0%	299,7%	13,2%	7,7%	72,6%
Margem EBITDA Ajustado %	17,6%	8,5%	4,5%	106,5%	291,4%	13,2%	7,7%	71,7%

RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO:

O Resultado Consolidado no 2T17 foi lucro líquido de R\$ 55.776, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de lucro de R\$ 48.188 (R\$ 10.498 de lucro no 1T17 e R\$ 24.009 de lucro no 2T16), representando uma variação de 359% e 100,7%, respectivamente. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um lucro de R\$ 7.588 (R\$ 6.363 no 1T17 e R\$ 5.661 no 2T16). No acumulado do 1S17, o Resultado Consolidado foi de lucro de R\$ 72.637 (lucro de R\$ 35.522 nos 1S16).

	2T17	1T17	2T16	Δ Trim.	Δ Ano	6M17	6M16	Δ Ano
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Período	55.776	16.861	29.670	230,8%	88,0%	72.637	35.522	104,5%
Margem Líquida	9,7%	3,2%	5,6%	206,8%	73,6%	6,6%	3,3%	99,4%
Atribuível aos Controladores	48.188	10.498	24.009	359,0%	100,7%	58.686	29.716	0,9749
Lucro (Prejuízo) por Ação	3,3426	0,7282	1,6654	359,0%	100,7%	4,0708	2,0613	0,9749

ENDIVIDAMENTO:

A Dívida Total apresentou uma redução de R\$ 90.390 (-20,6%) em relação a junho de 2016. O decréscimo no exercício de 2017 está relacionado com as amortizações realizadas no período e a não captação de novos empréstimos.

	30/06/2017	30/06/2016	Δ Acum.
Curto Prazo	101.337	79.652	27,2%
Longo Prazo	247.892	359.968	-31,1%
Dívida Total	349.229	439.620	-20,6%
(-) Caixa Disponível	(86.826)	(99.016)	-12,3%
(=) Dívida Líquida	262.403	340.604	-23,0%

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2017
Comentário do Desempenho
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	33.909	54.676	44.371	56.858	189.814
Debêntures	31.574	65.904	46.024	15.913	159.415
Total	65.483	120.580	90.395	72.771	349.229

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2016	218.986	181.908	400.894
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Obtidos	-	-	-
Encargos Incorridos no Período	17.434	15.077	32.511
Custo de Transação	207	(318)	(111)
Encargos Financeiros Pagos	(14.325)	(15.628)	(29.953)
Amortizações do Principal	(32.336)	(21.592)	(53.928)
Variação Monetária	(152)	-	(152)
Deságio	-	(31)	(31)
Saldo em 30 de junho de 2017	189.814	159.415	349.229
Passivo Circulante	41.357	59.981	101.338
Passivo Não Circulante	148.458	99.434	247.892

ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA:

	30/06/2017	30/06/2016
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	349.230	439.620
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(86.826)	(99.016)
Dívida líquida	262.404	340.604
Patrimônio Líquido	773.237	817.106
Total do Capital	1.035.641	1.157.710
Índice de Alavancagem Financeira Líquida - % (Dívida Líquida) / (Total do Capital)	25,3%	29,4%



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 30 de junho de 2017 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2017, bem como aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 9 de agosto de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais findo em 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de seis meses, findo em 30 de junho de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
30/06/2017	31/12/2016	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO
	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
4	5	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
5	6	CONTAS A RECEBER
6	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
7	8	VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	DEMAIS CRÉDITOS
	10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
9	11	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
	12	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
8	13	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
10	14	INVESTIMENTOS
11	15	IMOBILIZADO
12	16	INTANGÍVEL
13	17	FORNECEDORES
14	18	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
15	19	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
16	20	ENCARGOS REGULATÓRIOS
17	21	DEBÊNTURES
18	22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
19	23	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
20	24	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
21	25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
22	26	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
	27	DEMAIS OBRIGAÇÕES
23	28	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO
24	29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30	30	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO
25	31	DESDOBRAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO
26	32	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO
27	33	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
28	34	SEGUROS
29	35	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

2.3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	30/06/2017	31/12/2016
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

2.3.1.1 CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. (“DISTRIBUIDORA” OU “CEB D”)

Apresenta-se a seguir os fatos julgados relevantes relativos à Distribuidora:

(i) INFORMAÇÕES SOBRE ASPECTOS RELACIONADOS AO PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em 9 de Dezembro de 2015, foi celebrado, com o Ministério de Minas e Energia (MME), o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, prorrogando a concessão dos serviços de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos.

A prorrogação da concessão reflete a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB Distribuição S.A., que privilegiam a busca da eficiência operacional e financeira, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, bem como a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A CEB Distribuição S.A. tem convivido com dois problemas estruturais: alto índice de endividamento, além de custos e despesas operacionais incompatíveis com as receitas correspondentes. Entretanto, para combater a grave crise financeira, a Administração, em 2015, concebeu um plano de trabalho que contempla três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária do Grupo CEB.

A primeira fase, os ajustes pontuais, foi executada, o que promoveu de imediato, a redução de custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, em montante bastante expressivo.

A segunda fase, dos ajustes estruturais está em curso e além de promover, com êxito, uma redução da estrutura organizacional, com a diminuição de diretorias e racionalização de atividades meio e finalísticas, que apresenta resultados positivos.

Vale mencionar que a Administração atuou proativamente para a redução dos elevados custos do Plano Assistencial, que consistiu no acompanhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada em



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2014, pelo Chefe do Poder Executivo, contra as Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, conforme Nota Explicativa nº 2.3.1.1 e Fato Relevante publicado em 29 de fevereiro de 2016.

A terceira fase, a reorganização societária do Grupo CEB, consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás, já autorizada na forma da Lei nº 5.577/2015, conforme Fato Relevante publicado em 23 de dezembro de 2015. A injeção de recursos decorrente da monetização dos ativos de geração contribuirá, substancialmente, para a redução do endividamento a níveis compatíveis com as metas fixadas pela ANEEL no novo Contrato de Concessão.

As ações gerenciais mencionadas propiciaram a recuperação das condições necessárias para garantir a continuidade operacional da CEB Distribuição S.A., atendendo aos requisitos regulatórios de qualidade do serviço prestado e do atendimento dos seus clientes.

A prorrogação da concessão refletiu a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB D, que consiste na busca da eficiência operacional e financeira, com remuneração compatível dos investimentos realizados e em curso, bem como na qualidade do fornecimento de energia aos consumidores do Distrito Federal.

(ii) PLANO ASSISTENCIAL – FACEB – INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº 3.010/2002 E Nº 3.199/2003

Em 4 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia encaminhou o Parecer nº 295/2012/JUR-CEB D à então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, solicitando pronunciamento da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, “no sentido de avaliar a constitucionalidade da Lei Distrital nº 3.010/2002, alterada pela Lei Distrital nº 3.199/2003”, que dispõem sobre a extensão de benefícios do plano assistencial a ex-empregados da Companhia Energética de Brasília – CEB. Por sua vez, em 13 de novembro de 2014, a PGDF aprovou o Parecer nº 002/2013, que concluiu pela inconstitucionalidade das referidas leis distritais.

Em 11 de dezembro de 2014, foi proposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2, em que o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme o Acórdão nº 893.733, disponibilizado na Edição nº 181/2015 do Diário da Justiça, de 25 de setembro de 2015, julgou procedente a referida ADI. Foi declarada com eficácia *erga omnes*, a inconstitucionalidade formal e material das Leis nº 3.010/2002 e nº 3.199/2003, restringindo seus efeitos após o prazo de dezoito meses, a contar da publicação do acórdão.

Em cumprimento ao disposto no artigo 129, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal, o acórdão foi republicado na Edição nº 37/2016 do Diário de Justiça, de 26 de fevereiro de 2016, não cabendo mais recurso da decisão.

Em março de 2017, o Plano Assistencial foi encerrado. Ocorreu ainda reversão dos valores das provisões técnicas projetadas para desembolso nesse plano, que não serão mais concretizadas. O efeito líquido das baixas foram realizadas contra resultado, que geraram um efeito positivo, no montante de R\$ 26,9 milhões.

2.4 CONCESSÕES

2.4.1 INFORMAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 9 de dezembro de 2015, a CEB Distribuição S.A. e o Poder Concedente, por intermédio do MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por esse instrumento, as datas de reposicionamento tarifário ordinário da CEB D serão alteradas de 26 de agosto para 22 de outubro, em função do Reajuste Tarifário Anual ou a cada 5 anos, pela Revisão Tarifária Ordinária, sendo que a primeira ocorrerá em 22 de outubro de 2016.

Em essência, além dos aspectos formais, o contrato de concessão estabelece critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais o concessionário será avaliado, que atuam como condicionantes para manutenção da titularidade da concessão.

2.4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

(i) UTE BRASÍLIA

O contrato de concessão da Usina Termelétrica Brasília encerrou-se no dia 07 de julho de 2015. Foi declarada a caducidade da usina por meio do Ofício nº 661/2015-SCG/ANEEL em decorrência de vários fatores, tais como: projeto da década de 50 com custo de energia muito elevado; ausência de peças de reposição; e questões ambientais. Desde 2009 a usina não é despachada pelo ONS, sendo até retirada do quadro de unidades disponíveis à Operação do Sistema Nacional. Os ativos dessa usina estão sendo avaliados visando sua desmobilização, evento que deverá ocorrer após a regulamentação da reversão dos bens vinculados às concessões de geração de energia elétrica.

Dessa forma, a CEB Geração S.A. iniciou as medidas cabíveis relativas aos ativos remanescentes da concessão que, potencialmente, poderão gerar receitas não operacionais, quando das destinações das instalações e equipamentos da usina, assim como do terreno, conforme previsto no Plano de Negócio da Companhia elaborado em dezembro de 2016 referente ao exercício de 2017.

(ii) UHE PARANOÁ

A Usina Hidrelétrica do Paranoá – UHE Paranoá foi outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969. A concessão foi prorrogada pela Portaria MME nº 255 de 1999, com encerramento previsto para 29 de outubro de 2019. Posteriormente, o período da concessão foi novamente prorrogado para 20 de abril de 2020, em função da Repactuação do Risco Hidrológico.

Finalmente, em dezembro de 2016, foi firmado o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-ANEEL, conferindo à CEB Geração S.A. atuar como Produtora Independente de Energia. O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como Pequena Central Hidrelétrica – PCH, mantendo o mesmo prazo da concessão e permitindo os benefícios previstos na legislação pertinente para essa classe de geração.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/06/2017			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	359	359	68.563	68.563
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	6.821	6.821	18.263	18.263
Contas a Receber	Custo Amortizado		6.830	6.830	574.675	574.675
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				279.839	279.839
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.768	7.768
Disponível Para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			131.243	131.243
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.599	2.599	181.077	181.077
Debêntures	Custo Amortizado				159.415	159.415
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				189.815	189.815
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		68	68	18.235	18.235
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				306.721	306.721
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				456.531	456.531
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado				75.465	75.465



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	4.245	4.245	55.025	55.025
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	31.016	31.016
Contas a Receber	Custo Amortizado		7.232	7.232	520.706	520.706
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				392.443	392.443
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.767	7.767
Disponível Para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			129.189	129.189
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		3.251	3.251	219.195	219.195
Debêntures	Custo Amortizado				181.908	181.908
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				218.986	218.986
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		10.691	10.691	20.231	20.231
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				297.091	297.091
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				424.311	424.311
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				76.863	76.863

3.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão de suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporadas na Parcela "A" das tarifas, que são capturadas nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subseqüentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 30 de junho de 2017, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiram o montante de R\$ 143.740 (R\$ 154.153 em 2016). Desse montante, 54,7% (65,2% em 2016) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais (Nota Explicativa nº 5).

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

3.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por intermédio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

3.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2018, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 8,21% e 3,38%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 30 de junho de 2017 (média – Top 5). No caso da TJLP, atribuímos a taxa de 7,0% a.a. para o segundo trimestre de 2017. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 30 de junho de 2018. Também se espera que a taxa de 4,3604 % da UMBNDES se mantenha em



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 30/06/2017	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses		
			Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
249.898	Baixa do CDI		8,21%	6,16%	4,11%
		Balanço	270.415	265.291	260.168
		Resultado	(20.517)	(15.393)	(10.270)
87.060	Alta do TJLP		7,00%	8,75%	10,50%
		Balanço	93.154	94.678	96.201
		Resultado	(6.094)	(7.618)	(9.141)
584	Baixa do IGPM		3,38%	2,54%	1,69%
		Balanço	604	599	594
		Resultado	(20)	(15)	(10)
12.354	Alta do UMBNDES		4,36%	5,45%	6,54%
		Balanço	12.893	13.027	13.162
		Resultado	(539)	(673)	(808)
Total Balanço			377.066	373.595	370.126
Total Resultado			(27.170)	(23.699)	(20.230)

3.1.5 RISCO CAMBIAL

A Companhia não possui exposição financeira relevante em moeda estrangeira. Em junho de 2017, o passivo referente a moeda estrangeira era de R\$ 2,3 milhões, valores estes quitados no mês de julho.

3.1.6 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritos na Nota Explicativa 2.3.1.1 (i).

3.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira	30/06/2017	31/12/2016
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 17 e 18)	349.230	400.894
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(86.826)	(86.041)
Dívida líquida	262.404	314.853
Total do Patrimônio Líquido	545.720	620.362
Total do Capital	808.124	935.215
Índice de Alavancagem Financeira - %	32,47	33,66

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos Conta Movimento	6.821	3	18.263	31.016
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	359	4.245	68.563	55.025
Total	7.180	4.248	86.826	86.041

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com o Banco de Brasília – BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco baixo e sem restrição de uso. A remuneração destas Aplicações Financeiras é de 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. CONTAS A RECEBER

5.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			621.702	584.602
Títulos de Créditos a Receber			51.416	45.523
Serviços Prestados a Terceiros	35.200	56.975	45.297	66.608
Total a Receber Bruto	35.200	56.975	718.408	696.733
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(28.370)	(49.743)	(143.740)	(154.153)
Total a Receber Líquido	6.830	7.232	574.675	542.580
Circulante	6.830	7.232	545.389	520.706
Não Circulante			29.286	21.874



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 90 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 30/06/2017	Total 31/12/2016
Classes de Consumidor						
Residencial	64.606	88.128	26.792	8.511	188.037	175.967
Poder Público	19.292	23.019	2.573	33.336	78.220	74.728
Comércio, Serviços e Outros	52.424	32.373	8.112	20.813	113.722	112.803
Iluminação Pública	12.590	14.021		24.640	51.251	49.832
Serviço Público	11.231			30	11.261	12.532
Industrial	5.054	2.814	555	3.496	11.919	10.807
Rural	4.208	3.550	959	426	9.143	8.095
Subtotal Consumidores	169.405	163.905	38.991	91.252	463.553	444.764
Fornecimento Não Faturado	133.560				133.560	128.760
Contribuição do Consumidor	5.304				5.304	
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	38.321				38.321	19.242
Serviços Prestados a Terceiros (Serviço de IP)	12.488	1.791	2.180	28.724	45.183	63.515
Concessionárias e Permissionárias	2.383				2.383	11.413
Parcelamentos a Faturar CP e LP	30.637				30.637	27.667
Serviço Taxado	1.402				1.402	1.444
Outros	11.506				11.506	10.344
Arrecadação a Classificar	(13.434)				(13.434)	(10.416)
Total	391.572	165.696	41.171	119.976	718.415	696.733
Perdas Estimadas em Créditos Liquidação Duvidosa					(143.740)	(154.153)
Contas a Receber Líquido					574.675	542.580

5.3 PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	28.370	49.743	60.679	78.764
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			24.640	24.640
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			34.805	26.420
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			20.813	22.900
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias			8	8
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			2.426	1.133
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			369	288
Total	28.370	49.743	143.740	154.153

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas da execução de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reserva os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Esses terrenos serão objeto de avaliação para que a operação seja finalizada. A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento adotará as medidas administrativas necessárias às transferências dos imóveis para a CEB de que trata aquele diploma legal. Até a emissão deste relatório não houve alteração da situação relatada.

A movimentação da Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	49.743	154.153
Adições	198	51.784
Reversões	(21.571)	(62.197)
Saldo em 30 de junho de 2017	28.370	143.740



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 30 de junho de 2017, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 78.671, dos quais, R\$ 50.301 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R\$ 28.370 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 69.950, em 30 de junho de 2017 (R\$ 86.960 em 2016), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Saldos Vincendos	2.505	3.091	33.695	38.128
Vencidos até 90 dias	1.791	2.047	28.265	27.791
Vencidos de 91 a 360 dias	2.180	2.094	7.636	20.414
Vencidos há mais de 360 dias	28.724	49.743	79.025	101.085
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(28.370)	(49.743)	(78.671)	(100.458)
Total	6.830	7.232	69.950	86.960

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	28.177	29.017	49.683	29.081
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	8.943	8.678	17.421	9.421
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	57		220	13
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS (b)			11.619	12.008
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social - COFINS			276	278
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	880	417	2.693	1.986
Programa de Integração Social - PIS	387	387	448	450
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Crédito de PIS/PASEP Sobre Decisão Judicial (c)				65.173
Total	38.988	39.043	82.904	118.954
Circulante	1.886	1.366	38.267	72.720
Não Circulante	37.102	37.677	44.637	46.234

a) Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período, aos saldos negativos de exercícios anteriores, ativos fiscais diferidos reconhecidos e às retenções na fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual.

b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de serem compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

c) A Companhia Energética de Brasília - CEB recolheu a contribuição destinada ao Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, instituído pelo Decreto-lei nº 1940/82 e, após o reconhecimento de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal - STF, a Companhia propôs ação judicial, Processo nº 2005.34.00.016932-2 e obteve decisão favorável para a utilização do crédito fiscal na compensação de outros tributos próprios administrados pela Receita Federal do Brasil. A CEB também solicitou, judicialmente, a mudança do pólo ativo da ação para que os seus efeitos beneficiassem a CEB D, tendo em vista a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006. Após o deferimento do pedido de



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mudança de pólo, a CEB D solicitou à RFB, a habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado e em julho de 2016 o pedido foi deferido.

6.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS E NÃO RECONHECIDOS

6.1.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R\$ 31.011, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR			
Baixa Por Aproveitamento	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
	90.774	C	= Saldo x (+/-)34%
			30.863
CONTROLE DOS CUSTOS A FATURAR			
Custo a Faturar	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
	1.700	D	= Saldo x (+/-)34%
			(578)
CONTROLE DO NÃO FATURADO			
Não Faturado	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
	2.134	C	= Saldo x (+/-)34%
			726
TOTAL DO ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 30/06/2017			31.011
TOTAL DO ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2016			30.106

Na perspectiva da Administração, norteada pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, está previsto que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados até 2018, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

6.1.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Diferenças Temporárias	13.543	20.593	83.155	83.118
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			103.514	117.863
Total	13.543	20.593	186.669	200.981

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na referida Instrução.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa até que os planos de recuperação econômico-financeiros resultem na apuração de lucro tributável sustentável.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 30/06/2017	Circulante
CVA Ativa	228.901	54.267	(116.267)	13.364	180.265	180.265
Aquisição de Energia – (CVAenerg)	185.732	51.924	(98.106)	14.172	153.722	153.722
Proinfa	10.934		(6.315)	480	5.099	5.099
Transporte Rede Básica	4.527	2.014	(1.521)	285	5.305	5.305
Transporte de Energia – Itaipu	1.205	329	(535)	69	1.068	1.068
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	26.503		(9.790)	(1.642)	15.071	15.071
Demais Ativos Financeiros Setoriais	163.532	66.793	(125.981)	(4.770)	99.574	99.574
Neutralidade da Parcela A	7.092		(4.220)	(69)	2.803	2.803
Sobrecontratação de Energia	25.161	13.888	(25.266)	(3.511)	10.272	10.272
Diferimento de Reposição na RTP	109.556		(65.209)	(1.054)	43.293	43.294
Implantação MCSPSE	13.877		(8.257)	(136)	5.484	5.484
Outros	7.846	52.905	(23.029)		37.722	37.721
Total Ativos Financeiros Setoriais	392.433	121.060	(242.248)	8.594	279.839	279.839

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 30/06/2017	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(131.111)	(80.830)	42.034	(10.217)	(180.124)	(180.124)	
Aquisição de Energia – (CVAenergia)	(59.742)		34.507	(2.622)	(27.857)	(27.857)	
Proinfa	(443)	(2.184)	7	(229)	(2.849)	(2.849)	
Encargos de Serviços de Sistema – ESS	(32.991)	(58.156)	7.520	(6.246)	(89.873)	(89.873)	
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(37.935)	(20.490)		(1.120)	(59.545)	(59.545)	
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(165.980)	(9.318)	52.801	(4.100)	(126.597)	(104.577)	(22.020)
Sobrecontratação de Energia	(65.235)			(3.689)	(68.924)	(68.924)	
Devoluções Tarifárias UD/ER	(11.820)	(9.318)		(882)	(22.020)		(22.020)
Reversão Financeira Postergação	(21.287)		12.670	205	(8.412)	(8.412)	
Outros	(67.638)		40.131	266	(27.241)	(27.241)	
Total Passivos Financeiros Setoriais	(297.091)	(90.148)	94.835	(14.317)	(306.721)	(284.701)	(22.020)

8. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Área	30/06/2017 - Valor Contábil	
			Controladora	Consolidado
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial – Taguatinga	10.500 m ²		897
Edificação	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 Setor Industrial – Taguatinga	1.040 m ²		672
Terreno	SHD Lote B – Planaltina	260 m ²	238	238
Terreno	Área Especial Lote H Setor Norte – Brazlândia	1.750 m ²	928	928
Terreno	Área Especial Lote G Setor Norte – Brazlândia	1.750 m ²	928	928
Total			2.094	3.663

Os ativos estão reconhecidos pelo menor valor entre o contábil e o valor justo, menos as despesas de venda.

A CEB Distribuição S.A. fez duas tentativas de vendas de terrenos, mediante licitações, em 17 e 18 de agosto e 14 de outubro de 2015. Não compareceram proponentes, restando desertos os certames licitatórios. Desta forma, o terreno do Setor Noroeste retornou o seu registro para o grupo de propriedade para investimentos.

9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas na data-base destas demonstrações contábeis.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) está indicada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.372
Adições	3.886
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	29.931
Saldos em 31 de dezembro de 2016	129.189
Adições	84
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	1.970
Saldos em 30 de junho de 2017	131.243

10. INVESTIMENTOS

10.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Avaliados por Equivalência Patrimonial	576.048	656.257	335.927	340.712
Propriedade para Investimento			274.545	274.545
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.630	4.630	4.630	4.630
Outros	365	365	365	365
Total	581.043	661.252	615.467	620.252

10.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						30/06/2017	31/12/2016
CEB Distribuição S.A.	580.532	271.903	100	100	350.532.450	271.903	359.182
CEB Lajeado S.A.	145.656	187.397	59,93	59,93	82.013.911	112.307	108.076
Corumbá Concessões S.A.	171.516	156.796	45,2	9,3	256.009.911	70.886	71.331
Energética Corumbá III S.A.	119.373	172.899	37,5	25	45.594.783	64.840	64.010
CEB Participações S.A.	41.271	38.783	100	100	41.270.415	38.783	39.457
CEB Geração S.A.	7.575	17.255	100	100	7.575.212	17.255	14.035
Companhia Brasileira de Gás S.A.	4.921	365	17	51	30.600	74	166
Total						576.048	656.257

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						30/06/2017	31/12/2016
Corumbá Concessões S.A.	171.516	156.796	47,55	9,30	269.294.911	74.564	75.044
Investco S.A.	804.459	982.610	20	20	133.563.595	196.523	201.658
Energética Corumbá III S.A.	119.373	172.899	37,5	25	45.594.783	64.840	64.010
Total						335.927	340.712



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	30/06/2017			31/12/2016		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.461.282	2.189.380	1.067.263	2.543.248	2.184.067	2.057.006
Corumbá Concessões S.A.	712.216	555.420	87.602	717.193	559.420	170.328
CEB Lajeado S.A.	382.111	41.168	70.173	369.830	36.453	118.756
Energética Corumbá III S.A.	229.857	56.958	20.321	231.747	61.055	39.228
CEB Participações S.A.	39.999	1.216	8.087	40.664	1.207	16.407
CEB Geração S.A.	19.262	2.041	11.483	17.930	3.895	15.101
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.007	565	1.443	1.252	273	3.679

10.2.2 RESULTADO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora			
	30/06/2017		30/06/2016	
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
CEB Distribuição S.A.	9.479	9.479	14.019	14.019
CEB Lajeado S.A.	26.083	14.587	11.008	6.156
Energética Corumbá III S.A.	9.001	3.398	5.840	2.129
CEB Geração S.A.	7.381	7.381	5.356	5.356
Corumbá Concessões S.A.	(977)	(445)	1.955	884
CEB Participações S.A.	5.282	5.282	6.139	6.139
Companhia Brasileira de Gás S.A.	(536)	(92)	(324)	(55)
Total	55.713	39.590	43.993	34.628

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

10.2.3 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	308.875	118.354	70.697	58.429	43.813	13.604	160	613.932
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(30.006)	(205)		(6.444)	(7.893)		(44.548)
Resultado de Equivalência Patrimonial	50.271	19.731	2.154	4.783	10.187	8.324	(79)	95.371
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	43.079						85	43.164
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(43.044)	(3)	(1.315)	736	2.398			(41.228)
Ganho na Variação de Percentual				62				62
Perda na Variação de Percentual					(497)			(497)
Redução de Capital					(10.000)			(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	359.181	108.076	71.331	64.010	39.457	14.035	166	656.256
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.479	14.587	(445)	3.398	5.282	7.381	(92)	39.590
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	36.570							36.570
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(133.327)							(133.327)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(10.356)		(2.568)	(5.956)	(4.161)		(23.041)
Saldo em 30 de junho de 2017	271.903	112.307	70.886	64.840	38.783	17.255	74	576.048



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	215.817	74.366	58.429	348.612
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(37.542)	(215)		(37.757)
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.389	2.266	4.783	30.438
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(6)	(1.373)	736	(643)
Ganho na Variação de Percentual			62	62
Saldo em 31 de dezembro de 2016	201.658	75.044	64.010	340.712
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.454	(480)	3.398	7.372
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(9.589)		(2.568)	(12.157)
Saldo em 30 de junho de 2017	196.523	74.564	64.840	335.927

10.3 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

A Companhia também possui AFAC registrado nas investidas Companhia Brasiliense de Gás S.A. (R\$ 12), Corumbá Concessões S.A. (R\$ 3.232), BSB Energética S.A. (R\$ 1.398) e CEB Distribuição S.A. (R\$ 102.649).

10.4 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Os bens registrados em propriedade para investimento na Companhia são avaliados pelo custo e são mantidos pelo proprietário para futuro uso corrente indeterminado.

Em 2015, a Companhia iniciou procedimentos licitatórios demonstrando a firme intenção de alienações de bens imóveis, razão pela qual, o terreno localizado no Setor Noroeste, bem como outros imóveis foram transferidos para a rubrica de Ativo Não Circulante mantido para venda, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

O valor justo dos bens foi obtido por meio de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			
			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			30/06/2017	31/12/2016		
Terreno	Setor Noroeste – Plano Piloto	284.160 m ²	274.400	274.400	282.841	Dez/16
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M – Guará	1.200 m ²	20	20	2.088	Mai/15
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul, Quadra Interna 13, Lote “G” – Lago Sul	1.600 m ²	125	125	3.137	Mai/15
Total			274.545	274.545	288.066	

10.5 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 227.517, dos quais, R\$ 227.149 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 368 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasiliense de Gás S.A..



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. IMOBILIZADO

11.1 MOVIMENTAÇÃO

Eventos	Controladora						Imobilizado em Curso	Total
	Imobilizado em Serviço							
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios			
Custo do Imobilizado								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.130	2.463	322		369		16.284	
Adições			71				71	
Baixas					(35)		(35)	
Transferências	(2.094)						(2.094)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.036	2.463	393		334		14.226	
Adições			24		8		32	
Saldo em 30 de junho de 2017	11.036	2.463	417		342		14.258	
Depreciação Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(346)	(191)		(256)		(793)	
Depreciação		(100)	(29)		(17)		(146)	
Baixas					26		26	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(446)	(220)		(247)		(913)	
Depreciação		(48)	(18)		(40)		(106)	
Saldo em 30 de junho de 2017		(494)	(238)		(287)		(1.019)	
Imobilizado Líquido - 30/06/2017	11.036	1.969	179		55		13.239	
Imobilizado Líquido - 31/12/2016	11.036	2.017	173		87		13.313	
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Eventos	Consolidado								Imobilizado em Curso	Total
	Imobilizado em Serviço									
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros			
Custo do Imobilizado										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.097	13.828	21.883	45.666	19.235	9.454	107	45.907	170.177	
Adições		380	40	1.026	4.741	45		37.954	44.186	
Baixas		(688)	(537)			(39)		(29.523)	(30.787)	
Ajuste de Inventário				799	7				806	
Transferências	(2.094)							9	(2.085)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	12.003	13.520	21.386	47.491	23.983	9.460	107	54.347	182.297	
Adições		7		29		8		12.970	13.014	
Baixas				(519)					(519)	
Transferências				537				(16.392)	(15.855)	
Saldo em 30 de junho de 2017	12.003	13.527	21.386	47.538	23.983	9.468	107	50.925	178.937	
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(4.097)	(10.588)	(31.072)	(10.874)	(4.296)	(97)		(61.024)	
Depreciação		(298)	(581)	(1.586)	(2.196)	(512)			(5.173)	
Baixas						26			26	
Transferências		205	2.156	(477)	(8)	12			1.888	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(4.190)	(9.013)	(33.135)	(13.078)	(4.770)	(97)	-	(64.283)	
Depreciação		(145)	(270)	(499)	(1.352)	(291)			(2.557)	
Outros			3	309	7				319	
Saldo em 30 de junho de 2017		(4.335)	(9.280)	(33.325)	(14.423)	(5.061)	(97)	-	(66.521)	
Imobilizado Líquido - 30/06/2017	12.003	9.192	12.106	14.213	9.560	4.407	10	50.925	112.416	
Imobilizado Líquido - 31/12/2016	12.003	9.330	12.373	14.356	10.905	4.690	10	54.347	118.014	



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não identificou indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das demonstrações financeiras. A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

12. INTANGÍVEL

12.1 MOVIMENTAÇÃO

Eventos	Controladora		
	Software (Em curso)	Direito de Uso de Software	Total
Custo do Intangível			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		83	83
Adições	1.400		1.400
Saldo em 30 de junho de 2017	1.400	83	1.483
Amortização Acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(37)	(37)
Amortizações		(9)	(9)
Saldo em 30 de junho de 2017		(46)	(46)
Intangível Líquido - 30/06/2017	1.400	37	1.437
Intangível Líquido - 31/12/2016		46	46

Eventos	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.171.534	2.495	60.151	20.621	158.946	1.413.747
Adições	1.224	53.889	55	19.846		75.014
Transferências	30.325	(34.452)	40.467	(40.467)		(4.127)
Baixas	(2.307)					(2.307)
Obrigações Especiais	(172.822)	110.358				(62.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.027.954	132.290	100.673		158.946	1.419.863
Adições	13.771	12.107	2			25.880
Transferência	206	1.967	1.108			3.281
Saldo em 30 de junho de 2017	1.041.931	146.364	101.783		158.946	1.449.024
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(273.883)		(52.581)		(58.869)	(385.333)
Amortizações	(43.016)		(2.670)		(5.888)	(51.574)
Transferências						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(316.899)		(55.251)		(64.757)	(436.907)
Amortizações	(17.957)		(5.264)		(2.943)	(26.164)
Saldo em 30 de junho de 2017	(334.856)		(60.515)		(67.700)	(463.071)
Intangível Líquido - 30/06/2017	705.075	146.364	41.268		91.246	985.953
Intangível Líquido - 31/12/2016	711.055	132.290	45.422		94.189	982.956

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas informações financeiras.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

12.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

O saldo em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 podem ser assim mostrados:

	30/06/2017	31/12/2016
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(67.700)	(64.757)
Saldo Líquido	91.246	94.189

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Suprimento de Energia Elétrica			120.633	156.303
Materiais e Serviços	2.599	3.251	45.533	49.401
Encargos de Uso de Rede Elétrica			14.436	13.304
Fornecedores de Gás			475	187
Total	2.599	3.251	181.077	219.195
Circulante	2.599	3.251	181.077	219.195

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

14.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	97.270	97.611	178.401	190.785
Outros Tributos	140	1.003	196.547	212.075
Total	97.410	98.614	374.948	402.860
Circulante	140	1.344	233.074	224.115
Não Circulante	97.270	97.270	141.874	178.745



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	131.039	140.666
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.748	26.089	47.362	50.119
Total	97.270	97.611	178.401	190.785
Circulante		341	36.527	21.952
Não Circulante	97.270	97.270	141.874	168.833

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 30 de junho de 2017 e em 2016:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	50.495	30.178	50.495	30.178	97.367	23.240	97.367	23.240
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(12.127)	(12.146)	(12.127)	(12.146)
Total do Resultado Tributável	50.495	30.178	50.495	30.178	85.240	11.094	85.240	11.094
Equivalência Patrimonial	(39.590)	(34.628)	(39.590)	(34.628)	(7.382)	(15.230)	(7.382)	(15.230)
Adições/Exclusões Permanentes	583	(372)	583	(372)	(61.479)	110.163	(58.344)	110.163
Adições/Exclusões Temporárias	(19.730)	6.815	(19.730)	6.815	95.269	27.192	98.996	27.192
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(8.242)	1.993	(8.242)	1.993	111.648	133.219	118.510	133.219
(-)Compensação Prejuízo Fiscal		(598)		(598)	(27.353)	(39.966)	(27.353)	(39.966)
Base de Cálculo	(8.242)	1.395	(8.242)	1.395	84.295	93.253	91.157	93.253
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas		(337)		(125)		(23.490)		(8.457)
IRPJ – Lucro Presumido					5.468	(666)	1.982	(309)
Ajustes IRPJ/CSLL do período					(676)		(327)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		(337)		(125)	4.792	(24.156)	1.655	(8.766)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	665		239		(18.798)	33.248	(6.776)	11.956
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	665	(337)	239	(125)	(14.006)	9.092	(5.121)	3.190

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	104.313	124.129
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.748	25.748	37.561	44.704
Total	97.270	97.270	141.874	168.833
Não Circulante	97.270	97.270	141.874	168.833



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			179.191	180.275
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	65	753	13.789	25.490
Programa de Integração Social – PIS	14	163	2.982	5.522
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	61	87	507	102
Outros			78	686
Total	140	1.003	196.547	212.075
Circulante	140	1.003	196.547	202.163
Não Circulante				9.912

15. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e
- II – despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 30 de junho de 2017, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 209.112 e apresenta a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	207.412
Faturamento Arrecadado	98.417
Faturamento não Arrecadado	2.591
Atualização Monetária	2.644
Repasse ao Governo do Distrito Federal	(101.952)
Saldo em 30 de junho de 2017	209.112
Circulante	147.450
Não Circulante	61.662

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 100.606 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês.

A movimentação do valor do parcelamento da CIP é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	118.222
Amortização no Exercício	(19.293)
Atualização no Exercício	1.677
Saldo em 30 de junho de 2017	100.606
Circulante	38.944
Não Circulante	61.662



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Superavit de Baixa Renda (a)	147.067	140.322
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	125.115	117.987
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	184.349	166.002
Total	456.531	424.311
Circulante	219.617	202.102
Não Circulante	236.914	222.209

(a) SUPERAVIT DE BAIXA RENDA

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB Distribuição S.A., a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas demonstrações financeiras da Empresa.

Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

O assunto continua ainda pendente de solução por parte do Órgão Regulador.

Segue a movimentação do saldo do Superavit de Baixa Renda para o período:

Consolidado	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	140.322
Atualização no Período	6.745
Saldo Final em 30 de junho de 2017	147.067

(b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848, nº 11.465, nº 13.280 de 15 de março de 2004, 28 março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 737, de 27 de setembro de 2016, com validade a partir de sua publicação, a ANEEL aprova o Submódulo 5.6 que estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE e P&D. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT, ao MME e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL.

A tabela seguinte detalha os valores de P&D e PEE:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Programa de Eficiência Energética – PEE	84.736	80.077
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	37.420	36.747
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	2.152	955
Ministério de Minas e Energia – MME	807	208
Total	125.115	117.987

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo, o Plano de Negócio do Período de 2017 a 2021, aprovado pela Controladora, em dezembro de 2016, prevê metas para a destinação de recursos para tal fim. Dessa forma, ao longo do mencionado horizonte de planejamento, a Distribuidora voltará a exibir valores compatíveis com a regulamentação vigente.

(c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás, em 2015, no montante de R\$ 391.473. Em 30 de setembro de 2016, os montantes devidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R\$ 143.652. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, mediante à Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A..

17. DEBÊNTURES

	Consolidado					
	30/06/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	59.671	100.505	160.176	52.399	130.273	182.672
Encargos	742	-	742	1.178	-	1.178
Custos da Emissão	(432)	(1.071)	(1.503)	(432)	(1.510)	(1.942)
Saldo Final	59.981	99.434	159.415	53.145	128.763	181.908

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anuiu à emissão de debêntures no valor de R\$ 130.000 à CEB D. A controlada optou por operações simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e legislação aplicável.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados a partir da sua emissão, em 15 de junho de 2015, com vencimento em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. Os montantes provenientes desta emissão foram destinados, principalmente, para: (a) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (b) no cumprimento de obrigações setoriais.

Em 24 de novembro de 2015, mediante o Despacho nº 3.788, a ANEEL anuiu à segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 120.000, igualmente para a CEB D, nos termos e condições aplicáveis à primeira emissão.

Em 15 de maio de 2016, a controlada realizou parcialmente a emissão das debêntures, perfazendo o montante de R\$ 71.000, nas mesmas condições de prazo e taxa da operação anterior, com vencimento em 15 de maio de 2021. Os recursos líquidos obtidos pela controlada foram destinados, principalmente, para: (a) cumprimento de obrigações junto a fornecedores; e (b) efetivação de obrigações setoriais.

As referidas debêntures, primeira e segunda emissão, possuem carência de 12 meses, contados da data de sua emissão para amortização do principal, bem como são remuneradas a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente com sobretaxa (*spread*) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ao ano.

17.1 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.908
Encargos Incorridos	15.077
Custo de Transação	(319)
Encargos Pagos	(15.628)
Amortização Principal	(21.592)
Deságio	(31)
Saldo em 30 de junho de 2017	159.415
Circulante	59.981
Não Circulante	99.434

17.2 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	Total
CDI + 6,8% a.a.	31.574	65.904	46.024	15.913	159.415

17.3 GARANTIAS NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como propriedade para investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		Encargos
	30/06/2017	31/12/2016	
Eletrobras	584	839	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	2.504	3.005	4,5% a.a. + TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	32.616	39.971	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil S.A.		15	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal	77.423	88.207	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES	32.978	35.959	4,5% a.a + TJLP
Caixa Econômica Federal/BNDES	12.354	13.204	4,5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES	18.963	22.763	6% a.a
Banco Daycoval	4.787	5.185	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCV S.A.	8.273	10.712	6,5% a.a + CDI CETIP
Custo de Transação	(667)	(874)	
Total	189.815	218.986	
Circulante	41.357	43.844	
Não Circulante	148.458	175.142	

A CEB D firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, objetivando suprir investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição, em atendimento a projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Distribuidora, tendo o Distrito Federal como Interveniante Garantidor e o Banco de Brasília S.A., como Interveniante Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425. Esse financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

As composições dos empréstimos, com as perspectivas de amortizações, estão resumidas a seguir:

Empréstimos	2017	2018	2019	2020+	Total
Eletrobras	87	174	147	177	585
Banco do Brasil S.A. (FCO I a IV)	7.543	11.935	5.329	7.809	32.616
Banco do Brasil S.A. (FINAME)	501	1.001	1.001		2.503
Caixa Econômica Federal	11.495	22.989	22.989	19.951	77.424
Caixa Econômica Federal/BNDES	2.339	4.678	4.678	21.282	32.977
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.602	3.584	3.584	3.584	12.354
Caixa Econômica Federal/BNDES	2.848	5.696	5.696	4.722	18.962
Banco Daycoval	4.787				4.787
Banco BCV S.A.	2.707	4.619	947		8.273
Total	33.909	54.676	44.371	57.525	190.481
(-) Custo de Transação					(667)
Total Líquido					189.814



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.1 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimos e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquidos
Saldo em 31 de dezembro de 2016	219.860	(874)	218.986
Encargos Incorridos no Período	17.434		17.434
Custo de Transação		207	207
Encargos Financeiros Pagos	(14.325)		(14.325)
Variação Monetária	(152)		(152)
Amortizações de Principal	(32.336)		(32.336)
Saldo em 30 de junho de 2017	190.481	(667)	189.814

18.2 GARANTIAS DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D.

18.3 COVENANTS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D possuem cláusula restritiva (*covenants*) não financeira de vencimento antecipado, vinculada à manutenção do contrato de concessão. Em 30 de junho de 2017, a cláusula restritiva estabelecida nos contratos foram cumpridas pela Companhia.

Ademais, a CEB Distribuição S.A. firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal (CEF), em 2014, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetivando investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição da Controlada, em vistas de projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014. A liberação dos recursos ocorreu no mês de setembro de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Companhia, com o Distrito Federal como Interveniante/Garantidor e o Banco de Brasília S/A (BRB), como Interveniante Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425.

19. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Governo do Distrito Federal		10.623		10.623
Eletrobrás			15.268	5.620
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			2.899	3.920
Outros Acionistas	68	68	68	68
Total	68	10.691	18.235	20.231
Circulante	68	10.691	18.235	20.231

Em março de 2017, a Companhia efetuou a quitação dos dividendos junto ao controlador referente ao lucro apurado no exercício de 2013.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Provisão de Férias	93	70	11.646	12.553
Provisão de 13º Salários	58		4.409	
Encargos Sobre Provisões	44	26	18.090	13.329
Abono Assiduidade			4.765	5.005
Participação nos Lucros			51	10.086
Outros		1	2.836	5.352
Total	195	97	41.797	46.325
Circulante	195	97	41.797	46.325

21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

21.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano de Saúde da CEB – Assistencial (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica e outros benefícios	Benefício definido	CEB D
Plano CEB-Saúde (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.

- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Para o início da operacionalização dos novos planos de saúde será necessário o aporte prévio de R\$ 23,8 milhões, sendo R\$ 21,7 milhões para o Plano que atenderá os ex-empregados e R\$ 2,2 milhões para os empregados ativos. Tais aportes visam atender às garantias financeiras exigidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS na cobertura da Margem de Solvência dos planos, conforme Resolução Normativa nº 209/2009/ANS. Neste primeiro trimestre, foi aportado o montante de R\$ 19,1 milhões.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes aos planos previdenciário e de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e sete meses; informações contábeis posicionadas em 31 de maio de 2017; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo e no resultado, vinculados aos planos de contribuições e benefícios definidos, são os seguintes:

Passivo	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Plano de Previdência	182.184	79.578
Plano de Assistência		9.775
Total	182.184	89.353
Circulante	5.813	30.252
Não Circulante	176.371	59.101



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.2 PLANOS PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL (BD)

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Valor Presente das Obrigações Atuariais				
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(1.388.134)	(1.106.216)		(28.564)
Custo do Serviço Corrente	(76.611)	(11.756)		(16)
Custo de Juros	(5.927)	(146.905)		(3.793)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(31.024)	(206.552)		(16.614)
Benefícios Pagos Pelo Plano	45.948	83.295		39.212
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.455.748)	(1.388.134)		(9.775)

Análise da obrigação atuarial dos planos:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.455.749	1.388.134		9.775
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.275.950)	(1.308.556)		
Valor Presente da Obrigação Coberta	1.275.950	1.308.556		
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	179.799	79.578		9.775
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Extinto	Sem Cobertura

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Valor Justo dos Ativos dos Planos				
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.308.558	1.098.956		
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	71.289	145.941		
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador	17.017	23.113		39.212
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	2.995	6.627		
Benefícios Pagos Pelo Fundo	(45.948)	(83.295)		(39.212)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(77.961)	117.216		
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.275.950	1.308.558		

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	30/06/2017	31/12/2016
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial Sem Cobertura	179.799	79.578
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	114.380	35.889
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	121.282	7.259
Contribuições Aportadas no Plano	(8.478)	(23.112)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	62.416	89.336
Despesas do Exercício	4.579	6.093
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	179.799	79.756



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial	Plano Assistencial	
	30/06/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial sem Cobertura		9.775
Ganhos/(Perdas) Atuariais não Reconhecidos		
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período		20.683
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (ativo) Reconhecido no Início do Exercício		28.564
Contribuições Aportadas no Plano		(39.212)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais		16.614
Despesas do Exercício		3.809
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período		9.775

Os quadros a seguir mostram as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	Plano Complementar	
	30/06/2017	31/12/2016
Ativos		
Quantidade	440	466
Idade Média	50,93	50,79
Tempo Médio de Serviço (anos)	25,89	25,71
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	5,69	5,87
Valor do Salário Médio (R\$)	12.768,73	12.884,07
Aposentados		
Quantidade	1.108	1.093
Idade Média	66,87	66,77
Benefício Médio (R\$)	6.107,36	6.016,61
Pensionistas		
Quantidade	344	339
Idade Média	64,40	64,17
Benefício Médio (R\$)	1.817,32	1.825,29

	Plano Assistencial	
	30/06/2017	31/12/2016
Titulares		
Quantidade		1.748
Idade Média		62,48
Custo Médio		821,02
Dependentes		
Quantidade		1.898
Idade Média		47,56
Custo Médio		599,53
Total		
Quantidade		3.646
Idade Média		54,71
Custo Médio		705,72

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa:

Composição dos Ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Disponível	0,01%	0,19%		0,00%
Renda Fixa	92,94%	92,92%		0,00%
Renda Variável	0,66%	0,68%		0,00%
Investimentos Estruturados	2,51%	2,42%		0,00%
Investimentos Imobiliários	1,41%	1,39%		0,00%
Empréstimos com Participantes	2,51%	2,43%		0,00%
Outras Exigibilidades e Depósitos Judiciais	-0,04%	-0,03%		0,00%
Total Percentual dos Ativos do Plano	100%	100,00%		0,00%



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.3 PLANO PREVIDENCIÁRIO

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.455.749 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.275.950 resultou em um deficit de R\$ 179.799, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB Distribuição S.A. tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 114.80, sendo R\$ 2.364 relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB, R\$ 1.062 referente às contribuições normais e R\$ 110.952 referente à provisão atuarial constituída.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de maio de 2017. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.299.564) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 6.832); exigível contingencial (R\$ 5.104); e fundos (R\$ 11.668), resultando no valor justo de R\$ 1.275.950, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 30 de junho de 2017, um deficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2016, se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, bem como à redução no valor justo dos ativos do plano, que reduziu em R\$ 105.646, correspondente a 7,65%.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	30/06/2017	31/12/2016
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.455.749	1.388.136
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.275.950)	(1.308.558)
Resultado	179.799	79.578

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2017, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2017
Custo do Serviço Corrente	10.211
Custo dos Juros	148.390
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(139.884)
Contribuições dos Participantes	(5.593)
Total da Despesa Estimada	13.124

21.4 PLANO DE BENEFÍCIOS CEBPREV

O Plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

21.5 PLANO CEB-SAÚDE

O Plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas,



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

21.6 PREMISSAS ATUARIAIS

Premissas Atuariais Adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Financeira				
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	5,60%	5,91%		5,91%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	4,82%	4,82%		4,82%
Taxa Nominal de Crescimento dos Benefícios do Plano	4,82%	4,82%		4,82%
Taxa Anual de Inflação Futura	4,82%	4,82%		
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	10,69%	11,01%		7,00%
Demográficas				
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%		0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de Morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de Aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Não mais aplicável.	
Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.			
Assistidos	Família informada no cadastro.			

21.7 PLANO DE SAÚDE DA CEB – ASSISTENCIAL

Em decorrência da decisão proferida e relatada na ADI nº 2014002032055-2, o Plano de Saúde CEB-Assistencial foi extinto em março de 2017. Desta forma, não há mais a existência de provisões técnicas na data-base destas demonstrações financeiras.

21.8 CONTRATO DE DÍVIDA ATUARIAL

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília – CEB, como patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição S.A. assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram, desde então, a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade; décimo quarto salário; e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

“suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descreve-se a seguir: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; e prazo de amortização de 180 meses sucessivos.

Para o cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado, as contribuições a pagar. Dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Deficit pactuado entre a Companhia e a FACEB.

22. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

22.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Regulatórias			58.139	53.865
Trabalhistas			5.117	4.276
Fiscais	10.883	10.827	10.883	10.827
Cíveis			3.873	3.449
Total	10.883	10.827	78.012	72.417
Circulante			4.531	3.905
Não Circulante	10.883	10.827	73.481	68.512

22.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora
	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.356
Constituições de Provisão	2.471
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.827
Atualização de Provisão	56
Saldo em 30 de junho de 2017	10.883



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.048	8.140	8.356	53.023	78.567
Constituições de Provisão	1.123	5.569	2.471	2.217	11.380
Reversão de Provisão	(6.229)	(10.530)		(7.226)	(23.985)
Atualização Monetária	334	269		5.852	6.455
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.276	3.448	10.827	53.865	72.417
Constituições de Provisão	1.425	1.154		2.239	4.818
Baixa / Reversão de Provisão	(891)	(610)		(881)	(2.382)
Atualização Monetária	308	(120)	56	2.916	3.161
Saldo em 30 de junho de 2017	5.118	3.872	10.883	58.139	78.012
Circulante					4.531
Não Circulante					73.481

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de junho de 2017, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Fiscais	41.425	41.425	47.243	45.045
Cíveis	1	1	2.267	8.313
Trabalhistas			1.484	896
Total	41.426	41.426	50.994	54.254

22.4 DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Companhia foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Uso do Bem Público	867	867
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados (a)	74.598	75.996
Total	75.465	76.863
Não Circulante	75.465	76.863

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

	30/06/2017	31/12/2016
Capital Total em Ações		
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.187
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.196
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.194
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	545.720	620.362
Total	545.720	620.362
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	37,85	43,03



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

	30/06/2017	31/12/2016
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	19.929	19.929
Ganho Atuarial – Plano Assistencial		16.057
Perdas Atuarial – Plano de Previdência	(176.372)	(59.101)
Total	32.374	165.702

24.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (*DEEMED COST*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817
Saldo em 30 de junho de 2017 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817

24.2.2 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 21.

24.3 RESULTADO DO PERÍODO

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 58.686 (R\$ 29.716 em 30 de junho de 2016).



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. CONTAS DO RESULTADO

25.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Fornecimento de Energia Elétrica			860.593	832.442
Energia de Curto Prazo			90.632	103.622
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(41.134)	(110.366)
Receita de Construção			5.960	11.450
Aporte de Recursos da CDE (25.1.1)			11.869	9.351
Receita de Prestação de Serviços	7.235	13.064	7.703	13.217
Suprimento de Energia			8.494	7.436
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			5.701	4.889
Arrendamento e Aluguéis			7.496	6.791
Receita de Venda de Gás			902	1.405
Outras Receitas			783	554
Receita Operacional Bruta	7.235	13.064	958.999	880.791
Impostos	(150)	(261)	(173.086)	(171.895)
Contribuições	(692)	(1.215)	(104.366)	(80.236)
Encargos do Consumidor (25.1.2)			(107.439)	(98.400)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(842)	(1.476)	(384.891)	(350.531)
Receita Operacional Líquida	6.393	11.588	574.108	530.260

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Fornecimento de Energia Elétrica			1.657.551	1.695.828
Energia de Curto Prazo			165.695	175.903
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(116.501)	(147.513)
Receita de Construção			21.331	17.540
Aporte de Recursos da CDE (25.1.1)			23.756	19.050
Receita de Prestação de Serviços	16.134	22.795	16.754	23.115
Suprimento de Energia			17.045	15.683
Arrendamento e Aluguéis			15.130	11.016
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			10.959	13.654
Receita de Venda de Gás			1.868	2.792
Outras Receitas			1.464	1.073
Receita Operacional Bruta	16.134	22.795	1.815.052	1.828.141
Impostos	(328)	(456)	(333.223)	(349.454)
Contribuições	(1.515)	(2.114)	(170.787)	(174.408)
Encargos do Consumidor (25.1.2)			(204.456)	(224.872)
Devolução de Vendas				(122)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.843)	(2.570)	(708.466)	(748.856)
Receita Operacional Líquida	14.291	20.225	1.106.586	1.079.285

25.1.1 APORTE DE RECURSOS DA CDE

A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste tarifário anual das distribuidoras.

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sendo assim, a Resolução Homologatória nº 1.937, de 25 de agosto de 2015, que reajustou as tarifas da CEB D, estabeleceu também um valor mensal correspondente a R\$ 2,51 milhões a ser repassado à Empresa pela Eletrobrás, no período de competência de agosto de 2015 a julho de 2016. Tal repasse se refere aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Nos meses de agosto e setembro de 2016, por meio da REH nº 2.033, foi estabelecido o valor mensal de R\$ 2,8 milhões. Posteriormente, em 18 de outubro de 2016, o valor mensal foi redefinido em R\$ 3,3 milhões por meio do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, nos termos da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.161, no período de outubro de 2015 a setembro de 2016.

Os aportes seguiram o que está previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto nº 7.945/2013 (Nota Explicativa nº 9).

25.1.2 ENCARGOS DO CONSUMIDOR**24.1.2.1. REPASSE DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE**

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S.A..

Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014

O Governo Federal, fundamentado na Lei nº 12.783/2013, publicou em 2 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a criação e manutenção da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – Conta-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia referentes à: exposição involuntária no mercado de curto prazo; e custos do despacho termoeletrico, através das contratações de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da Conta-ACR.

Aporte CDE – Decretos nº 7891/2013 e nº 7.945/2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas, desde o final de 2012, relacionado com os baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o foi emitido, em 23 de janeiro 2013, o Decreto nº 7.891, alterado pelo Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, visando a neutralização de parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 estabeleceu: (i) redução do prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes; e (ii) aumento do repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de 103% para 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação aos objetivos da CDE, o decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição, dos custos relacionados a seguir:

- Neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- Neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária); e
- Cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).

24.1.2.2. BANDEIRAS TARIFÁRIAS

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela gestão da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os valores disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando: (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

25.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(266.710)	(274.281)	(552.009)	(541.887)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(61.332)	(79.632)	(92.801)	(169.035)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(40.106)	(56.589)	(68.681)	(88.304)
Amortização do Risco Hidrológico	(554)	(375)	(1.107)	(679)
Total	(368.702)	(410.877)	(714.598)	(799.905)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal e Administradores	(3.246)	(3.137)	(60.306)	(58.067)
Serviço de Terceiros	(6.032)	(8.489)	(42.461)	(57.092)
Custo de Construção – Concessão (a)			(5.960)	(11.450)
Depreciação e Amortização	(47)	(41)	(12.730)	(8.999)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	9.769		(14.019)	10.866
Arrendamento			(8.505)	(13.648)
Material	(8)	(99)	(855)	(717)
Outras Despesas	(500)	(24)	(7.496)	(2.302)
Total	(64)	(11.790)	(152.332)	(141.409)
Classificados como:				
Custo da Operação			(71.736)	(67.149)
Custo dos Serviços Prestados	(4.426)	(9.075)	(7.036)	(7.839)
Despesas com Vendas	9.532		(23.758)	(8.511)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.170)	(2.715)	(49.803)	(57.910)

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal e Administradores	(6.124)	(5.932)	(128.484)	(117.412)
Serviço de Terceiros	(12.054)	(14.431)	(86.591)	(84.138)
Custo de Construção – Concessão (a)			(21.331)	(17.540)
Depreciação e Amortização	(116)	(82)	(25.824)	(20.701)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	21.372	(5.006)	(27.026)	(9.772)
Arrendamento			(17.010)	(27.296)
Material	(150)	(140)	(1.557)	(902)
Outras Despesas	(612)	(166)	(9.594)	(8.580)
Total	2.316	(25.757)	(317.417)	(286.341)
Classificados como:				
Custo da Operação			(137.526)	(132.936)
Custo dos Serviços Prestados	(10.448)	(15.432)	(14.154)	(13.172)
Despesas com Vendas	21.372	(5.006)	(52.853)	(47.181)
Despesas Gerais e Administrativas	(8.608)	(5.319)	(112.884)	(93.052)

a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- A atividade fim é a distribuição de energia elétrica;
- Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

b) Nesse semestre, a Companhia recebeu R\$ 22.564 da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP de faturas em atraso, das quais R\$ 21.372 estavam vencidos há mais de 365 dias. A provisão foi revertida neste montante.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			11.030	8.441
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	4		14.073	5.507
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros				1.974
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			1.440	10.054
Varição do Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - VNR			758	5.466
Tributos Sobre Outras Receitas			12.895	(2.467)
Ganho na Baixa de Bens			(226)	(545)
Outras Receitas	344	60	2.509	26.960
Subtotal	348	60	42.479	55.390
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(10.388)	(8.902)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios		(2.393)	(1.710)	(6.449)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(811)	(4.745)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(610)	
Multas ANEEL				(6.083)
Outras Despesas	(13)	(124)	(1.322)	(2.462)
Subtotal	(13)	(2.517)	(14.841)	(28.641)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	335	(2.457)	27.638	26.749

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			48.820	17.146
Dividendos Prescritos				
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	4		20.311	9.496
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros				1.974
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			2.385	20.913
Varição do Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - VNR			1.970	5.466
Tributos Sobre Outras Receitas			(2.845)	(2.467)
Ganho (Perdas) na Baixa de Bens			(226)	(545)
Outras Receitas	344	65	360	27.198
Subtotal	348	65	70.775	79.181
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(21.239)	(17.343)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(1)	(2.438)	(5.000)	(11.827)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(3.292)	(12.455)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(942)	
Multas ANEEL			(321)	(6.083)
Outras Despesas	(45)	(155)	(2.009)	(2.426)
Subtotal	(46)	(2.593)	(32.803)	(50.134)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	302	(2.528)	37.392	29.047



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	196	2.588	2.211	23.746
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			(1.194)	4.445
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			8.551	8.912
Rendimentos de Aplicações Financeiras	77	96	2.231	3.046
Multas e Penalidades Aplicadas			597	154
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	133	397	132	397
Outras Receitas Financeiras	329		371	790
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(56)		(666)	(2.134)
Subtotal	679	3.081	12.233	39.356
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	17	(13)	(11.466)	(16.917)
Encargos de Dívidas			(15.298)	(13.192)
Atualização de Benefício Pós-emprego			(154)	
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(5.187)	(11.250)
Outras Despesas Financeiras	(80)	(30)	(2.608)	(5.673)
Subtotal	(63)	(43)	(34.713)	(47.032)
Variação Cambial Líquida			(2.109)	7.408
Resultado Financeiro	616	3.038	(24.589)	(268)

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	583	3.056	4.049	28.012
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			8.593	18.597
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			18.107	15.123
Rendimentos de Aplicações Financeiras	278	215	4.745	5.230
Multas e Penalidades Aplicadas			2.185	295
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	265	440	381	498
Outras Receitas Financeiras	329		422	1.301
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(56)		(1.629)	(2.926)
Subtotal	1.399	3.711	36.853	66.130
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(20)	(43)	(26.447)	(37.808)
Encargos de Dívidas			(31.975)	(28.334)
Atualização de Benefício Pós-Emprego			(154)	
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(14.316)	(18.998)
Outras Despesas Financeiras	(96)	(58)	(6.349)	(10.555)
Subtotal	(116)	(101)	(79.241)	(95.695)
Variação Cambial Líquida			3.613	15.489
Resultado Financeiro	1.283	3.610	(38.775)	(14.076)

26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

26.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	58.686	24.009	48.188	29.716
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	29.245	11.965	24.014	14.808
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	29.441	12.044	24.174	14.908
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	7.184	7.184	7.184
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	7.232	7.232	7.232
Lucro / (Prejuízo) por Ação – R\$:				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	3,3427	1,6654	4,0709	2,0613
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	3,3427	1,6654	4,0709	2,0613

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

27.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração	479	209	1.720	1.305
Demais Benefícios de Curto Prazo	42	60	329	111
Total	521	269	2.049	1.416

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração	661	433	2.908	2.433
Demais Benefícios de Curto Prazo	181	124	678	248
Total	842	557	3.586	2.681

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

27.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

27.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/06/2017	31/12/2016
Ativo		13.142	23.329
Contas a Receber, Líquido da PECLD		6.830	7.232
Governo do Distrito Federal	a	6.830	7.232
Demais Ativos		1.486	16.097
Dividendos/JSCP	b	1.486	7.517
CEB Lajeado S.A.		1.486	7.130
CEB Geração S.A.			162
Corumbá Concessões S.A.			204
Energética Corumbá III S.A.			21
Empréstimos e Financiamentos (Mútuo)		4.642	8.394
CEB Distribuição S.A.		563	4.492
Corumbá Concessões S.A.		4.079	3.902
Outras Operações		184	186
CEB Distribuição S.A.	c	184	186
Passivo		202	11.523
Dividendos			10.623
Governo do Distrito Federal	d		10.623
Demais Obrigações		202	900
CEB Distribuição S.A.	e	202	733
CEB Distribuição S.A.	f		167

	Notas	Controladora	
		30/06/2017	30/06/2016
Receitas		17.659	22.795
Receita de Prestação de Serviços		17.337	22.795
Governo do Distrito Federal	g	17.337	22.795
Encargos de Mútuo		322	
Corumbá Concessões S.A.	h	183	
CEB Distribuição S.A.		139	
Despesas		21.372	(5.006)
(Provisão) / Reversão de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		21.372	(5.006)
Governo do Distrito Federal	i	21.372	(5.006)

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D, que serão repassados através de encontro de contas à CEB;

d) Trata-se de dividendos do acionista controlador;

e) A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

f) Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB, que são repassados à CEB D;

g) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Em 2016, a margem líquida média por contrato foi de 8,3%;

h) Diz respeito aos encargos do empréstimo (mútuo) realizado com a controlada CEB Distribuição S.A., cuja remuneração corresponde a 97 % do Certificado de Depósito Interbancário – CDI; e

i) Representa a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

27.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016
ATIVO			92.930
Contas a Receber, Líquida da PECLD		70.459	87.465
Corumbá Concessões S.A.	a	409	406
Energética Corumbá III S.A.	a	100	99
Governo do Distrito Federal	b	69.950	86.960
Demais Ativos		13.785	5.465
Dividendos/JSCP	c	9.706	1.359
Corumbá Concessões S.A.			204
Energética Corumbá III S.A.			21
Investco S.A.		9.706	1.134
Empréstimos e Financiamentos (Mútuo)		4.079	4.105
Corumbá Concessões S.A.		4.079	4.105
Outras Operações	d		1
Governo do Distrito Federal			1
PASSIVO		235.926	246.248
Fornecedores	e	23.690	23.200
Corumbá Concessões S.A.		18.896	18.318
Energética Corumbá III S.A.		4.794	4.882
Contribuição de Iluminação Pública	f	209.112	207.412
Governo do Distrito Federal		209.112	207.412
Dividendos			10.623
Governo do Distrito Federal	g		10.623
Arrendamento a Pagar		3.124	5.013



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016
Investco S.A.		3.124	5.013

	Notas	Consolidado	
		30/06/2017	30/06/2016
Receitas		243.599	239.289
Receita de Comercialização de Energia	h	2.868	1.865
Corumbá Concessões S.A.		2.274	1.475
Energética Corumbá III S.A.		594	390
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		240.731	237.424
Governo do Distrito Federal	i	240.731	237.424
Despesas		(119.214)	(248.638)
Energia Comprada Para Revenda	j	(140.586)	(232.160)
Corumbá Concessões S.A.		(115.654)	(190.399)
Energética Corumbá III S.A.		(24.932)	(41.761)
Reversão da Estimativa de (Perdas) Com Créditos de Liquidação Duvidosa		21.372	(16.478)
Governo do Distrito Federal	k	21.372	(16.478)

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

e) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.;

f) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF;

g) Trata-se de dividendos do acionista controlador;

h) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

i) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Em 2016, a margem líquida média por contrato foi de 8,3%;

j) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.; e

k) Representam as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias, cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB.

27.3.3 OPERAÇÕES COM A FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 27.

27.4 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378, autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal – GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o *Data Center* da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos recíprocos.

28. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 30 de junho de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil, apólice esta vigente na data de emissão deste relatório.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do ativo imobilizado, estão cobertos, até 30 de dezembro de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos. O custo do prêmio foi de R\$ 1.900 e a importância segurada é de R\$ 175.000.

Os bens das Usinas Hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães (CEB Lajeado S.A.), Queimado (CEB Participações S.A.), Corumbá III (Energética Corumbá III S.A.) e Corumbá IV (Corumbá Concessões S.A.), também estão devidamente segurados.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	57.782	30.178	81.149	23.240
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	116	78	25.824	20.701
Resultado de Equivalência Patrimonial	(39.590)	(34.628)	(7.382)	(15.230)
Receita de Construção			(21.331)	(17.540)
Custo de Construção - Concessão			21.331	17.540
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	(21.372)		27.026	
Encargos da Dívida			31.975	22.975
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(1.970)	(5.466)
Ajuste a Valor Presente				1
Atualização Monetária - Contingências			(3.161)	
Atualização Monetária - Mútuo	(775)	(632)		
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública			2.861	11.742
Custo de Transação com Empréstimos			376	867
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	56	2.432	2.436	(9.092)
Dividendos Recebidos - Custo	(133)	(597)	(113)	(597)
	(61.698)	(33.347)	77.872	25.901
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	37.908	(1.600)	59.121	(10.938)
Estoques	(4)	39	(4.126)	(336)
Aplicações Financeiras			(1)	
Depósitos e Bloqueios Judiciais	528		(3.188)	(1.643)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			112.594	222.649
Tributos e Contribuições Compensáveis	55	1.676	(3.190)	(1.404)
Demais Créditos	(5.270)	(18)	(52.256)	(29.279)
	33.217	97	108.954	179.049
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(652)	3.437	(38.118)	(115.021)
Obrigações Tributárias	(1.204)	(1.298)	(27.912)	(39.432)
Contribuição de Iluminação Pública			1.700	(43.970)
Encargos Regulatórios			32.220	82.959
Obrigações Sociais e Trabalhistas	98	(41)	(4.528)	(1.400)
Obrigações Societárias	(10.623)		(1.996)	17.037
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			9.630	(84.524)
Benefícios Pós-Emprego			(120.412)	(14.685)
Obrigações Vinculadas a Concessão			(1.398)	9.609
Demais Obrigações	315	816	(4.646)	15.675
	(12.066)	2.914	(155.460)	(173.752)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	29.342	22.007	8.371	11.398
Juros Recebidos - Mútuo	775	632		
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(31.176)	(14.312)
Pagamento de Encargos da Dívida			(15.640)	(31.690)
	30.117	22.639	(38.445)	(34.604)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	47.352	22.481	74.070	19.834



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de junho de 2017 e em 30 de junho de 2016 estão incluídas no quadro seguinte:

30.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 30/06/2017					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.239.963	6.107	111.004	14.974		1.372.048
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(1.758)	28	(3.285)	376		(4.639)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			200.201	576.048	(440.322)	335.927
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.070.108	11.483	78.260	15.733	(68.998)	1.106.586
Custo com Energia Elétrica	(769.895)	(780)	(12.921)	-	68.998	(714.598)
Custo de Operação	(118.865)		(17.010)	(1.651)		(137.526)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(1.258)	(1.706)	(742)	(10.448)		(14.154)
Lucro Bruto	180.089	8.997	47.587	3.635	-	240.308
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(133.284)	(1.415)	(5.798)	52.297	(32.184)	(120.384)
Despesas com Vendas	(73.589)	-	(636)	21.372		(52.853)
Despesas Gerais e Administrativas	(88.053)	(1.415)	(5.078)	(8.967)		(103.513)
Resultado de Equivalência Patrimonial			(23)	39.590	(32.185)	7.382
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	28.358		(61)	302	1	28.600
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	46.805	7.582	41.789	55.932	(32.184)	119.924
Receitas (Despesas) Financeiras	(42.634)	308	2.237	1.314		(38.775)
Receitas Financeiras	32.693	359	2.694	1.107		36.853
Despesas Financeiras	(78.940)	(51)	(457)	207		(79.241)
Variação Cambial	3.613					3.613
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	4.171	7.890	44.026	57.246	(32.184)	81.149
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.308	(510)	(14.215)	905		(8.512)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(21.650)	(510)	(14.696)	-		(36.856)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	26.958		481	905		28.343
Prejuízo do Período	9.479	7.380	29.811	58.151	(32.184)	72.637
Atribuído aos Acionistas Controladores						58.686
Atribuído aos Acionistas não Controladores						13.951



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 30/06/2016					Consolidado
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	965.760	5.706	114.310	13.359		1.099.135
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(2.987)	(202)	(992)	(48)		(4.229)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			226.883	661.692	(525.872)	362.703
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	514.136	3.624	31.262	12.672	(31.434)	530.260
Custo com Energia Elétrica	(438.281)	(235)	(3.794)		31.434	(410.876)
Custo de Operação	(11.450)					(11.450)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(46.589)	(691)	(1.223)	(8.589)		(57.092)
Lucro Bruto	17.816	2.698	26.245	4.083		50.842
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(23.938)	583	(9.208)	17.197	(21.171)	(36.537)
Despesas com Vendas	10.866		(13.648)			(2.782)
Despesas Gerais e Administrativas	(55.843)	1.157	(2.467)	(5.787)		(62.940)
Resultado de Equivalência Patrimonial			6.565	24.093	(21.074)	9.584
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	21.039	(574)	342	(1.109)	(97)	19.601
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(6.122)	3.281	17.037	21.280	(21.171)	14.305
Receitas (Despesas) Financeiras	(4.648)	221	1.113	3.046		(268)
Receitas Financeiras	41.263	245	2.167	3.089		46.764
Despesas Financeiras	(45.911)	(24)	(1.054)	(43)		(47.032)
Varição Cambial						
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(10.770)	3.502	18.150	24.326	(21.171)	14.037
Imposto de Renda e Contribuição Social	20.005	(195)	(3.715)	(462)		15.633
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(16.205)	(195)	(1.954)	(462)		(18.816)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	36.210		(1.761)			34.449
Prejuízo do Período	9.235	3.307	14.435	23.864	(21.171)	29.670
Atribuído aos Acionistas Controladores						24.009
Atribuído aos Acionistas não Controladores						5.661

Brasília, 9 de agosto de 2017.

LENER SILVA JAYME
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

LENER SILVA JAYME
Diretor de Planejamento Estratégico

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

MARLY GOMES ARAÚJO
Contadora
CRC - DF 7901/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as Informações Contábeis Intermediárias (ITR) da COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de 3 (três) e 6 (seis) meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das Informações Contábeis Intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas Informações Contábeis Intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Informações Contábeis Intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta histórico de deficiência de capital de giro e alto índice de endividamento. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam possível a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 2.3.1.1 (i). As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº16 a), que indica que a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 147.067 mil, referente aos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O assunto encontra-se em discussão entre a Distribuidora e o Órgão Regulador e apesar da Administração defender que o direito ao ressarcimento alcançou a decadência legal, a ANEEL, para concluir quanto à exigibilidade ou não do referido montante, solicitou instrução de processo específico para apurar a conduta da CEB Distribuição S.A.. Até o encerramento da nossa revisão, o tema não havia sido concluído em todas as instâncias da ANEEL. A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF encaminhou o processo à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE e à Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD, a fim de se manifestarem quanto aos argumentos da CEB. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Contábeis Intermediárias. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as Informações Contábeis Intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília-DF, 9 de agosto de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 "S"

Alfredo Ferreira Marques Filho

Contador CRC 1 SP 154954/O-3 "S"

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 2º trimestre de 2017.

LENER SILVA JAYME

Diretor-Presidente

Diretor de Planejamento Estratégico interino

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico